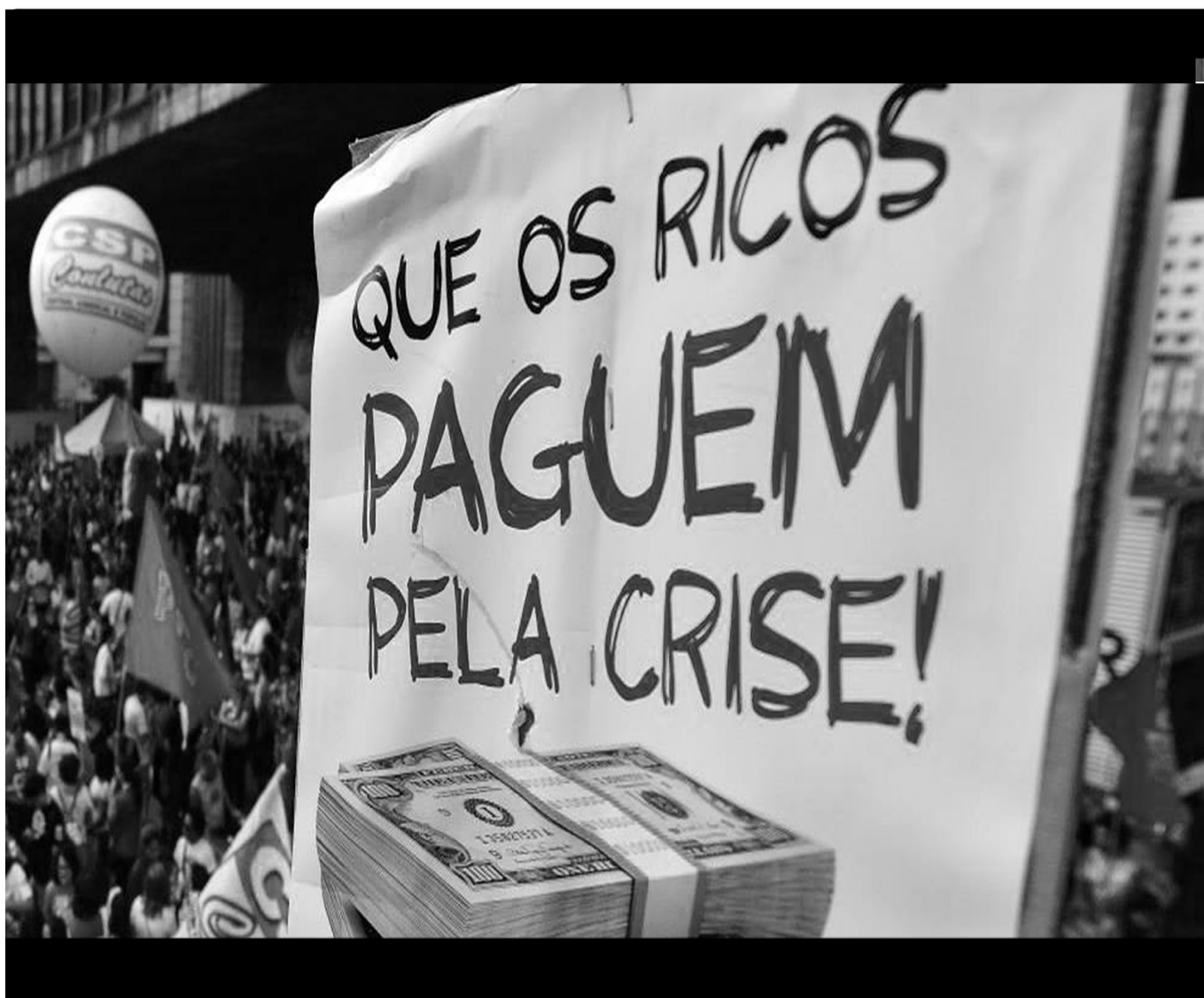


## RESOLUÇÃO SOBRE SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL



CONFERÊNCIA - 2015

## INTRODUÇÃO

Algumas questões para, independente de termos diferenças ou não, falarmos sobre as mesmas coisas, são: 1) Essa tentativa de analisar a situação política do país tem como referência a teoria da dependência que consta no documento nacional da Conferência do Espaço Socialista de 2013; 2) A dificuldade para a expansão do capital e as dificuldades de encontrar saídas sem que elas produzam novas contradições são características da crise estrutural do capital; 3) Vamos buscar elementos para entender “qual momento da crise” estamos atravessando, dado que nos parece que já se esgotou completamente o ciclo econômico anterior (consumo de massas, crédito, etc); 4) E por fim, vamos buscar compreender esses momentos e como eles se articulam na definição de tarefas políticas estratégicas, e as táticas para a concretização dessas estratégias.

A proposta do texto visa demonstrar na realidade que a economia brasileira não só mantém, como aprofunda (mesmo que na aparência não pareça assim...) a sua condição de economia periférica e dependente, e essa condição impõe para a burguesia limites para a reprodução do capital e também a própria ação política da burguesia.

Em relação à questão programática da organização, esse conceito nos leva a reafirmar a revolução como a estratégia socialista, e assim rejeitar a ideia do etapismo, do nacionalismo e do reformismo, e que qualquer tentativa de resgatá-los não passa, como diria Marx no 18 de Brumário, de “uma farsa”.

Assim, procuramos demonstrar que a economia brasileira se caracteriza pelas seguintes características, já descritas no documento nacional da Conferência de 2014. Os elementos que vamos procurar demonstrar:

- Um grande fluxo de transferência de valor para as nações centrais (remessa de lucros, juros das dívidas, etc);
- A produção de riqueza é baseada na superexploração da força de trabalho, inclusive como forma de a burguesia brasileira compensar parte dessa transferência de valor;
- A preponderância da produção voltada para a exportação, hoje baseada sobretudo nas commodities;
- Complementariedade: não há possibilidade de o Brasil passar à condição de um país desenvolvido. A sua condição de subdesenvolvimento não pode ser alterada com todas as contradições decorrentes desta relação de antagonismo e complementariedade.

→ Relação associada e subordinada: aqui o mais importante é a constatação de que a burguesia brasileira não levará qualquer enfrentamento com o imperialismo a frente. Trata-se de uma relação associada e subordinada. Mesmo diante de conflitos, a burguesia brasileira, por sua dependência, não romperá com o imperialismo;

→ A economia brasileira é cada vez mais dependente de capital externo para financiar a balança comercial e o pagamento da dívida pública e suas altas taxas de juros;

→ Também demonstramos que somos um país com muitas desigualdades e com alta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas e grupos;

→ E, por fim, que um dos motores da atual crise são

as fragilidades nas economias de países que absorvem os produtos produzidos aqui, ou seja, a vulnerabilidade às oscilações da economia mundial.

Também é importante salientar que a apresentação de tantos números foi uma tentativa de facilitar a compreensão das ideias e procurar expressar processos mais profundos, estruturais, para além da conjuntura (muito sujeita a variações momentâneas, sem demonstrar a essência). É preciso vermos tudo isso de conjunto, como uma totalidade, e avaliar as particularidades tendo isso como pressuposto.

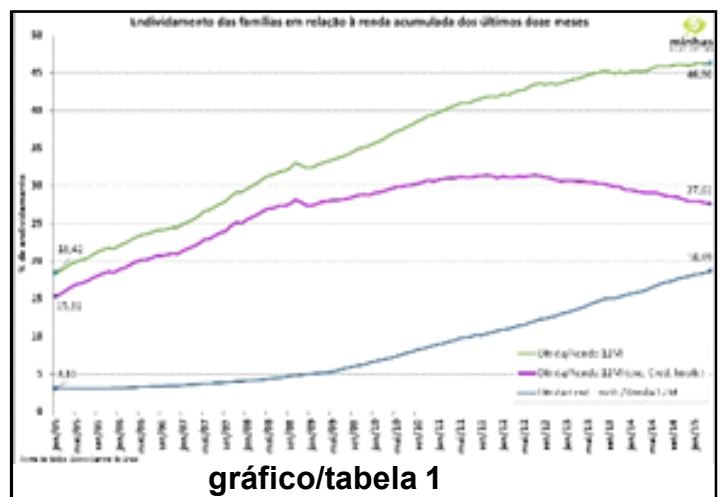
### O ESGOTAMENTO DO CICLO “ECONÔMICO PETISTA”

A economia brasileira, assim como todas as economias dependentes, não consegue se sustentar com o consumo interno. E pelo papel destinado a essas economias, e a força das economias imperialistas no mundo, não há como contornar esse destino, pelo menos nos marcos do capitalismo. Os movimentos, neste sentido, são temporários e para isso devem haver condições excepcionais internas e externas.

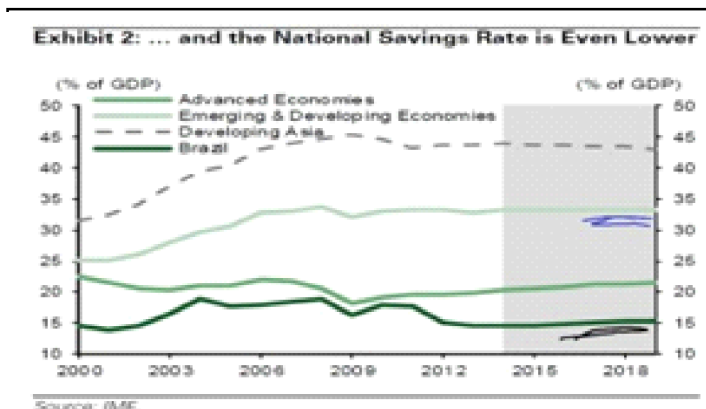
Este foi o caso do que vimos no Brasil, sobretudo no segundo mandato de Lula e no primeiro de Dilma: algumas “concessões” (e bota aspas nisso), crescimento do mercado interno, consumo elevado, algumas políticas compensatórias e aumento ao acesso à universidade (mais precária) de um setor da sociedade.

As bases materiais-econômicas para esse período foram as margens para o endividamento das famílias (Figura 1); uma poupança interna – privada+governo+externa – (Figura 2) impulsionada pelos sucessivos saldos do comércio externo (positivos de 2001 até 2013 seguidamente - Figura 3) para ajudar a financiar o crédito; um mercado externo para os produtos primários e de baixa industrialização; e por fim condições vantajosas para os “investimentos externos”. Tudo isso formou condições excepcionais, um “período de exceção”.

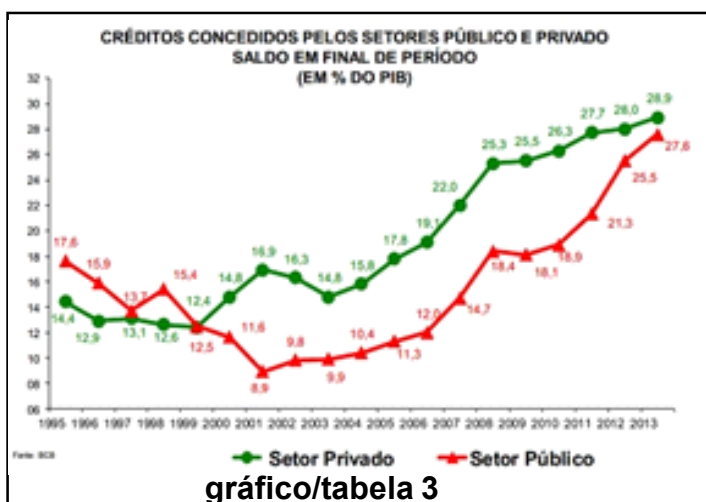
Analisando – como tivemos o mérito de fazer quando a onda estava alta – o desenvolvimento dessa política, percebe-se que não tem como se sustentar indefinidamente. Famílias vão se endividando, o crédito vai consumindo a poupança a ponto que os credores do Estado (externos e



gráfico/tabela 1



gráfico/tabela 2



gráfico/tabela 3

internos) passam a pressionar por garantias de suas dívidas e, como há uma feroz competição, o mercado mundial muda constantemente. Pronto, temos o esgotamento de uma política econômica.

É esse esgotamento aparece na forma de uma crise muito grave, dado exatamente pelo fato de neste momento haver pouca margem para manobrar um novo “período de exceção” da forma de acumulação do capital brasileiro.

É isso que tentaremos demonstrar ao longo do texto.

## QUE PAÍS É ESTE?

Um país desigual. O debate sobre desigualdade e concentração de renda no Brasil está atravessado por um “antes do PT” e um “depois do PT” que, mais do que mostrar a real situação da classe trabalhadora no país, esconde todos os problemas que enfrentamos.

Apoiados em medidas superficiais baseadas em elementos conjunturais que não atacam o problema de fato, o PT (e seus satélites) tem feito – com o apoio da mesma mídia que o critica – uma intensa campanha de que o país mudou e que a vida das pessoas está melhor.

A concentração de riqueza pode ser demonstrada de diversas formas. Em relação às empresas, só 20 delas controlam 50% da riqueza nacional. Apenas 15 famílias controlam 5% do PIB nacional, ou seja, quase R\$ 300 bilhões é patrimônio dessas – apenas! – 15 famílias. A

concentração ocorre em todos os setores. Estudo recente, em base a dados no site da Receita Federal, indica que menos de 1% da população (os mais ricos) controla algo próximo de 60% da riqueza. (tabela/gráfico 4). O controle da mídia brasileira é feito por 9 famílias, formando um oligopólio impenetrável e controlando todo o fluxo de informações de um país tão gigantesco.

A realidade está muito longe do discurso dos governos petistas. No documento de 2014, já apontávamos acertadamente as contradições entre a “aparência e o real” e a realidade muito ruim para a classe trabalhadora. Soma-se a isso a própria diversidade de pesquisas com critérios metodológicos distintos produzindo distorções significativas, pois “considerando o tamanho da população brasileira, essas diferenças nas taxas de extrema pobreza em 2012 levariam à constatação de que a população em extrema pobreza estaria entre 6,7 milhões e 10,3 milhões em 2012. São diferenças muito significativas...” (dimensionamento da pobreza... vários autores, em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

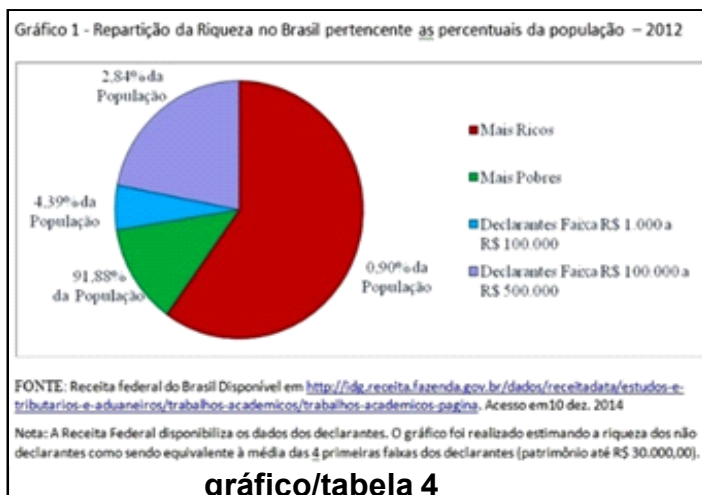
Um ano e meio depois, podemos dizer que a situação econômica é totalmente desfavorável para a classe trabalhadora. Vejamos:

Os 0,5% do PIB nos programas sociais do governo federal não acabaram com a concentração e nem com a desigualdade social. Pelos dados do próprio governo, são 13,7 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, isso quer dizer que cerca de 50 milhões de brasileiros têm rendimento mensal inferior a 77 reais.

O Banco Mundial utiliza como critério a definição de pobreza e extrema pobreza os que recebem US\$ 2 e US\$ 1,25 por dia, respectivamente. O programa “Brasil sem miséria” utiliza os valores de R\$ 154,00 e R\$ 77,00 por mês.

Mesmo por esses critérios rebaixados, há a reversão dos “dados positivos”. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que são mais de 10 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza e as pessoas em situação de pobreza (aqui o IPEA utilizou os critérios internacionais) são de mais de 28 milhões.

Se considerássemos a falta de reajuste dos critérios financeiros e a adequação aos novos valores do dólar, os



gráfico/tabela 4

números seriam muito mais dramáticos.

Uma parcela pequena e mais rica é dona da maior riqueza produzida no país, enquanto a maioria pobre está com a menor fatia da riqueza. Essa desigualdade leva à concentração econômica.

Outra fonte importante para verificar a pobreza e a concentração de renda no Brasil é o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL-ONU) – 2014, dados de 2013. Por ele, 18% da população brasileira está em situação de pobreza, e outros 5,9% em situação de indigência. A concentração de renda é um dado importante de verificação da desigualdade. Também de acordo com o relatório da CEPAL, em 2013, observando só os extremos, os 20% mais ricos do país detinham 53,6% da renda e os 20% mais pobres apenas 4,6%.

Em relação à renda familiar, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, com dados de 2013, os 10% da população que possuem a maior renda familiar per capita concentravam 41,7% da renda per capita do país.

O déficit habitacional, segundo a Fundação João Pinheiro, em 2012, era de aproximadamente 6 milhões de moradias, consideradas as moradias precárias, com gasto excessivo da renda destinada ao aluguel, adensamento excessivo nas moradias e habitação precária (improvisados ou rústicos).

A tendência é o aumento da distância entre os desiguais: mudanças na legislação trabalhista, previdenciária, as tantas medidas econômicas dos governos que vêm junto com a crise econômica, o desemprego, o (re)pagamento da dívida pública, etc. Na atual configuração do capital, a recuperação só pode ocorrer com a imposição de mais desigualdades e mais exploração. Essa é a base dos problemas que a classe trabalhadora enfrenta com as crises, ou seja, o problema central não é este ou aquele governo, mas a própria lógica do capital que leva a humanidade para o abismo.

### A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DO TRABALHO

A categoria da superexploração deve ser entendida como: 1) um conjunto de fatores que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; 2) que configura o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital. (Mathias Luce).

O mesmo autor chama a atenção de que não se deve confundir esse conceito só com a exploração baseada em mais-valia absoluta, pois também comporta a mais-valia relativa, e nem atribuir ao conceito o sinônimo de pauperização, uma vez que um trabalhador pode ter um salário “alto”, mas, no entanto estar submetido a um ritmo extenuante de trabalho.

Parte importante da classe trabalhadora brasileira está submetida à jornada superior ao máximo legal.

Em 2008, 24,7% das mulheres e 40,5% dos homens trabalhavam mais de 44 horas semanais. Da mesma forma, 13,7% das mulheres e 23,2% dos homens trabalhavam mais de 48 horas semanais. (Dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, conforme **tabela 5**).

Importante ressaltar que além de jornada superior, as mulheres permaneciam como responsáveis pelos cuidados familiares, como demonstra os dados da OIT que constam **na tabela 6**.

O documento nacional da Conferência do Espaço Socialista de 2013 já fez um balanço dos governos petistas em relação ao valor da força de trabalho que foi contratada ou formalizada no período de 2000 a 2010: 22 milhões de empregos, dos quais 95% das vagas está no interior da faixa salarial até 1,5 salários-mínimos. A essa situação se acrescenta, àquela altura, 3,2 milhões de trabalhadores no subemprego e 200 mil escravos. Os postos de trabalho na faixa salarial de até 1,5 salário mínimo representam 59% do total de postos de trabalho. Já em relação a postos de trabalho com uma remuneração maior, neste mesmo período houve uma redução de 397 mil postos de trabalho para os que ganham 3 salários mínimos ou mais. São números que comprovam que o modelo petista não fugiu a uma das características de economia dependente.

Retomando rapidamente a nossa relação com os dados, vale destacar que neste item de pesquisa é onde se faz necessária maior atenção com a interpretação dos dados disponíveis. Os dados oficiais na maioria dos casos se

**Tabela 2: Evolução da média de horas trabalhadas por semana e porcentagem de trabalhadores que trabalham mais de 44 horas e mais de 48 horas por semana, Brasil, 1992-2008**

	1992	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2006	2007	2008
Média trabalhada	42,8	42,3	42,2	42,5	41,9	42,4	41,7	41,0	40,9	41,0	40,9
Mais de 44 horas (%)	43,3	43,1	42,2	42,6	41,3	42,1	40,6	37,7	37,4	35,5	33,9
Mais de 48 horas (%)	25,7	24,5	24,3	24,9	23,7	24,4	23,1	21,1	20,9	20,3	19,2

Fonte: IBGE Microdados da PNAD.  
Nota: Por motivos de comparação, os dados para 2004-2008 não incluíam a área rural da região norte, exceto Tocantins. Trabalhadores com 16 anos ou mais de idade. Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos.

**gráfico/tabela 5**

**Tabela 1: Média de horas trabalhadas no mercado de trabalho e na casa, população de 16 anos ou mais de idade ocupada, por sexo, Brasil, 2008**

Sexo	Média de horas semanais no mercado de trabalho (A)	Média de horas semanais gastas com afazeres domésticos <sup>1</sup> (B)	Jornada Semanal Total (A + B)
Homens	44,0	4,3	48,3
Mulheres	36,4	18,3	54,7

Fonte: IBGE Microdados da PNAD.  
Nota: Trabalhadores com 16 anos ou mais de idade. Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos.

**gráfico/tabela 6**

amparam em resultados relativos, desprezando os absolutos. Por exemplo, no mês de fevereiro deste ano, o Banco Central divulgou dados, segundo os quais o salário mínimo atinge o maior poder de compra desde 1965, pois aumentou 76% acima do INPC desde 2003. Isso é o dado relativo. Quando se verifica o real significado do salário mínimo, vemos que ele está muito abaixo do necessário que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em junho desse ano, deveria ser de R\$ 3325,37, portanto quatro vezes mais.

Essa diferença entre salário mínimo oficial e o que a classe trabalhadora necessita é uma expressão da distância do valor da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira e o que deveria ser. Ou seja, o salário mínimo não repõe nem aquilo reconhecido como o mínimo para recomposição física da força de trabalho. Outra coisa é que, junto com esse “aumento real” do salário mínimo, vieram uma série de (contra) reformas e outras medidas que alteraram direitos trabalhistas, dos quais o fator previdenciário é só um deles.

É uma realidade para todos os “segmentos” da classe trabalhadora. A nota técnica do DIEESE de janeiro/2015 revela que 24,6 milhões de trabalhadores (empregados, conta própria e domésticos) ganham um salário mínimo. Por dados do BC, 54,4% estão na faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos. Quando se comparam os empregos celetistas, 55,3% estão na faixa de até 2 salários mínimos.

Ao mesmo tempo do aumento da formalização de parte dos empregos, a rotatividade no trabalho é outro componente de precarização da força de trabalho. Em 2014, foram concedidos 9,2 milhões de benefícios do seguro desemprego. Metade desses benefícios se refere à segunda e terceira solicitações do benefício. Entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos dos empregos aconteceram antes de seis meses de vigência do contrato de trabalho, e em cerca de 65% dos casos, sequer atingiram um ano completo. Os desligamentos de 2014, próximos de 70%, ocorreram por decisão da patronal.

Há um crescente nos números relativos à rotatividade. Houve um aumento de 52% em 2003, para 64% em 2012. Já quando se consideram os desligamentos descontados, a taxa eleva-se de 41% para 43%, respectivamente, em 2003 e 2012. Os dados referentes à participação das mulheres, negros e LGBT no mercado de trabalho, como veremos no decorrer do texto, servem como reforço a essa característica de superexploração da força de trabalho no Brasil.

### **DEPENDÊNCIA DO INVESTIMENTO EXTERNO: A ESTAGNAÇÃO TRANSFERÊNCIA DE VALOR**

Dependência do investimento externo: A estagnação/queda da taxa de poupança tem como consequência a queda/estagnação do investimento. Os economistas “desenvolvimentistas” defendem – e isso prevaleceu no governo Lula – que, impulsionando o investimento, ele mesmo vai gerar a poupança. Mas a realidade tem sido exatamente o oposto. Não gerou investimento, e para manter o modelo econômico o governo ofereceu ainda mais vantagens (isenção de impostos para remessa de lucro,

por exemplo) para atrair mais capital estrangeiro. Diga-se de passagem, que esse investimento direto estrangeiro tem uma parcela muito importante de capital especulativo. Foi a forma de o governo financiar a expansão do crédito (e do consumo interno).

Isso levou ao aumento espetacular desse investimento, e conseqüentemente a dependência.

Entre os anos de 1993-2002, o total desses investimentos foi de 214 bilhões de dólares. Consideramos que nesse período está o principal processo de privatização no país, no qual muitas empresas multinacionais compraram as estatais que estavam sendo vendidas (seria melhor dizer, doadas).

Entre 2003-2012, saltou para 547 bilhões; 2013-2014 próximo de 130 bilhões de dólares. Para segurá-lo por aqui será preciso manter taxas de juros elevadíssimas, ainda mais se houver a mudança da política de juros nos Estados Unidos.

Mas as coisas podem se agravar ainda mais. Quando o saldo da balança comercial é negativo, significa que será preciso buscar recursos (esses investimentos externos) para financiá-lo, ou adotar medidas recessivas, como a redução das importações. O problema é que o governo está adotando as duas medidas, e com isso só está jogando um pouco mais para frente os problemas.

### **TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA AS NAÇÕES CENTRAIS**

O “capital imperialista” tem várias formas e mecanismos para se apropriar da riqueza produzida nos países periféricos. Déficits nas contas externas (2014: quase 91 bilhões de dólares; 2013: 81 bilhões de dólares); juros da dívida; royalties; remessa de lucros e dividendos representam um sangramento bilionário de capital para o exterior. A atividade desses mecanismos tem proporções diferenciadas, dependendo da forma e do grau de integração do país ao mercado mundial, mas todos têm como elemento comum o estrangulamento das economias dependentes; impedir a criação de poupança interna (que poderia alimentar investimentos internos e desenvolver uma base técnica); e fortalecer política e economicamente os países centrais, a ponto de conseguirem concorrer com os capitais internacionais.

Remessa de lucro e dividendos: Uma dessas formas é a remessa de lucro das empresas para as suas matrizes no exterior. Desde os anos 90, houve mudanças importantes na legislação, aumentando a liberdade de as empresas realizarem essas operações. Já no governo Collor, a taxa pelo Imposto de Renda caiu da alíquota de 25% para a de 15%. Posteriormente, em 1995 no governo FHC, o prêmio para as multinacionais aumentou: as remessas de lucro são isentas de imposto de renda. Isso significa que o país sequer exige das empresas multinacionais o reinvestimento de seus lucros no parque produtivo brasileiro. Os governos petistas continuaram com a generosidade.

No ano de 2014, segundo dados do Banco Central, as empresas enviaram mais de 31 bilhões de dólares ao

exterior, na forma de remessa de lucros e dividendos (jornal Valor Econômico, 22/04/2015). Nos últimos 10 anos, são aproximadamente 22 bilhões de dólares.

## **A SANGRIA PROVOCADA PELAS DÍVIDAS EXTERNA E INTERNA**

A depender da fonte, os números da dívida pública variam muito. Quando estávamos elaborando esse texto, o Banco Central, em julho, reconhece que a dívida bruta já representa 63% do PIB, e muitos “analistas” admitem que pode chegar a 70% (O Globo.com). Já a dívida líquida gira em torno de 35% do PIB. (veremos mais à frente a diferença desses dois dados). Há apenas 21 anos (1994), ela era de R\$ 59,7 bilhões de reais.

Para a Auditoria Cidadã da Dívida, os valores da dívida pública são R\$ 3,5 trilhões e R\$ 2 trilhões respectivamente, totalizando R\$ 5,5 trilhões (site da Auditoria Cidadã).

As diferenças não são só de números, já que existem “dívidas” em relação a alguns termos e ao tamanho da dívida. Vejamos rapidamente os conceitos envolvidos.

Para o Tesouro Nacional (órgão estatal), Dívida Pública Federal (DPF) é aquela contraída pelo Tesouro Nacional para “financiar o déficit orçamentário do Governo Federal – nele incluído o refinanciamento da própria dívida –, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei”. Para a Auditoria Cidadã da Dívida, “A dívida pública abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos. Conceitos bem próximos. Pode ser por meio da emissão de títulos públicos – chamada de mobiliária – ou por contratos – classificada como contratual.

Os títulos públicos federais de renda fixa são emitidos pelo Governo Federal e oferecidos por oferta pública (leilões), ou diretamente ao detentor. Os contratos são usualmente firmados com organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com agências governamentais.

A dívida é externa quando está vinculada a uma moeda estrangeira (via de regra o dólar), e é interna quando são realizadas em moeda nacional (o real). No entanto, a Auditoria Cidadã da Dívida questiona esses conceitos, pois praticamente não há restrição de entrada e saída de moeda estrangeira pelos bancos no país (livre movimentação de capitais), o que faz com que bancos e instituições financeiras nacionais possam ser credores de dívida externa e também o contrário, bancos estrangeiros serem credores de títulos da dívida interna.

Outro conceito com repercussões políticas é o de dívida líquida e dívida bruta.

A dívida “líquida” (segundo conceito do governo) desconta da dívida “bruta” os créditos que ela tem a receber, como as reservas internacionais. Mas esse conceito tem “distorções” (manobras...): 1) ele não considera as demais dívidas que tem que pagar, como o Passivo Externo, por

exemplo; 2) Os títulos da dívida pública brasileira pagam os juros mais altos do planeta e pelas reservas internacionais (boa parte aplicadas em títulos da dívida norte-americana, com juros muito abaixo do que o Brasil paga), ou seja, subtrai distintos (sem falar que essas operações provocam enorme prejuízo ao Brasil); 3) os juros são pagos sobre a dívida bruta.

Mas evidentemente não se trata de “uma questão de números”. É por esse argumento que os governos petistas alegam que a dívida caiu de mais de 60% do PIB para 35% em 2014 (na campanha eleitoral); e usam como argumento o gigantesco crescimento das reservas internacionais (que em junho eram de US\$370 bilhões - nota BC 22/07). É um argumento falso, pois a formação das reservas se dá em cima de custos sociais gigantescos e com mais prejuízo às contas públicas. Para melhor compreendermos: imagine você ter uma sobra do salário, depositar na poupança com ganhos de 0,5% e ao mesmo tempo ir a outro banco e fazer um empréstimo pagando 5%. Prejuízo na certa.

Uma das “partes” (não isolada, mas dentro da totalidade) que se valoriza por meio de empréstimos e pode se expandir sem participar do processo produtivo (dependendo da sua criação de valor), encontra na necessidade de os Estados financiarem seus déficits um lugar privilegiado para a sua reprodução, e conta com a “proteção” desses Estados. Como a dependência desse capital vai aumentando, o peso político dessa fração do capital também aumenta.

A demonstração da hegemonia que a fração financeira e especulativa do capital tem sobre o Estado pode ser verificada pelo perfil dos últimos presidentes do Banco Central (oriundos do sistema financeiro), e mesmo no atual ministro da fazenda, que é funcionário do Bradesco. Acrescenta-se a esse fato leis (como a da Responsabilidade Fiscal) e a política monetária (superávit primário), que são mecanismos de interesse direto dos credores da dívida.

Essa discussão nos interessa, a partir da definição da fração hegemônica no Estado brasileiro, para saber quais os desafios estamos enfrentando nas lutas, principalmente pelo fato de que toda a política econômica está voltada para o pagamento da dívida e de seus serviços. Os cortes do orçamento desse ano atingiram todos os ministérios, menos aqueles vinculados ao pagamento da dívida pública. Aliás, todos os cortes foram para garantir o pagamento dos serviços da dívida.

A tendência é que os déficits no comércio exterior continuem e os juros sigam em patamares altos; isso significa que – pelo seu próprio mecanismo – a dívida vai continuar aumentando. E a receita é a mesma: para garantir o pagamento aos credores, o governo vai atacar mais direitos (fala-se, por exemplo, em cobrança proporcional por consultas no SUS) e o Estado vai se retirar de funções públicas básicas (saúde, educação, transporte, etc).

Os números do governo apontam para mais de R\$ 540 bilhões da dívida interna com vencimento em menos de 12 meses, e mais R\$ 440 bilhões vencendo em 2 anos. É um poço sem fundo.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, até 15 de julho, a dívida já consumiu 530 bilhões de reais (53% do total gasto). No ano passado, a conta chegou perto de 1 trilhão de reais. Não há como combinar pagamento da dívida e direitos para os trabalhadores.

Por fim, em relação aos detentores dos títulos da dívida: 20% “não residentes” e 52,5% (bancos, seguros e fundos de pensões); e considerando os “não residentes” e as relações que o sistema financeiro mantém com bancos dos países ricos, podemos afirmar que a dívida é outro mecanismo importante de transferência de valor.

## **A SUPEREXPLORAÇÃO: O MACHISMO, O RACISMO E A HOMOFOBIA**

A questão da mulher no período de crise e a luta socialista

Vivermos na sociedade do capital patriarcal machista, em uma economia periférica e dependente, é sentir desigualmente os impactos de uma crise mundial e profundamente o peso de suas consequências desiguais.

Com o esgotamento do “ciclo econômico petista”, que possibilitou resultados imediatos e insuficientes, que tem consequências estruturalmente negativas se ampliando dia a dia, como já vínhamos afirmando, a realidade da mulher trabalhadora torna-se ainda mais difícil e a luta por manter conquistas e assegurar a sobrevivência ainda mais necessária.

### **A MULHER E O TRABALHO**

O incentivo ao consumo e o endividamento das famílias afetaram diretamente a vida da mulher da classe trabalhadora, que representa mais de 40% de chefes de família no Brasil (maioria negra).

Por um lado, passou a contar com 90% dos cartões do Bolsa Família, o que significa dizer que é a maioria da população em extrema pobreza, que sobrevive com até 1,25 por dia. Passou a responder por 89% das propriedades do Minha Casa Minha Vida, mas continua sendo boa parte dos números do déficit habitacional, pois representa 65,6% da classe trabalhadora que recebem até 2 salários mínimos mensais e esse projeto do governo não atende quem tem renda de 0 a 3 salários mínimos.

Por outro lado, embora a mulher represente 51% da população brasileira, apenas 37,3% trabalham em empresas, sendo 12,4% na indústria de transformação. Em São Paulo, na categoria metalúrgica representa 17,4%.

O Brasil é o país com maior número de empregadas domésticas do mundo. Das mulheres que trabalham, 17% são empregadas domésticas (com alta estimada em 6% em 2015). Dessas, 61,7% são negras e centenas são meninas negras. Do total, apenas 30% têm carteira assinada.

Segundo o IPEA, outros setores que mais empregam mulheres são o comércio e reparação (16,8%); Educação, saúde e serviços sociais (16,7%); e agricultura (12,2%), Dessas, 46% trabalham para o próprio consumo. Além disso, das trabalhadoras assalariadas no campo, 80%

recebem até 01 salário mínimo ao mês. Também ocorreu a entrada de 0,6% na Construção, setor tipicamente masculino.

A desindustrialização do país atinge também a indústria têxtil e de confecção, com maior número de mulheres. Somente em 2014, foram fechados cerca de 30 mil postos de trabalho. Em 2015, cerca de 500 confecções já fecharam as portas somente em São Paulo, e ABC foram 150. Somente no ABC paulista, a indústria demitiu mais de 22 mil trabalhadoras com carteira assinada, no primeiro semestre de 2015.

Segundo o SEADE, um instituto de pesquisa de São Paulo, as mulheres pobres e com filhos tiveram maior dificuldade para inserção no mercado de trabalho. Na região metropolitana ou grande SP, onde estamos parcialmente inseridas, as mulheres registraram taxas de desemprego superiores às dos homens. As mulheres mais pobres com filho até 12 anos são as que possuem maior dificuldade em encontrar emprego, além da falta de vaga em creches. Também são essas que registram menor grau de formalização (37,6%), ou seja, maioria precarizada, enquanto entre os homens na mesma condição social, a taxa é de 55,4%.

Como chamado atenção por vários desses institutos de pesquisa, de acordo com os números de mulheres que trabalham, verifica-se que tendem a reproduzir nos espaços públicos, isto é, no mercado de trabalho, as tarefas que realizam em domicílio.

Todos esses números são importantes também para pensarmos a crise, a superexploração e os vários problemas que atingem a classe trabalhadora de conjunto, mas a vida da mulher trabalhadora em especial, nessa sociedade que demonstra em todos os seus aspectos o machismo e racismo.

Maior número de desempregadas, maior número de precarizadas, menores salários, maior escolaridade e ainda respondendo no cotidiano por vários tipos de violência, desde a infância e passando pela juventude.

## **OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

### **FEMICÍDIO**

De acordo com os últimos estudos do IPEA (atualizados em 2013), a cada 1h30 uma mulher é assassinada no Brasil (5.664 mortes ao ano), o que levou os Movimentos de Mulheres a discutir a tipificação de Femicídio para o Código Penal.

As mulheres jovens (20 a 39 anos) respondem por 54% dos óbitos. As mulheres negras são as principais vítimas, 61%. Mais de 36% dos assassinatos ocorrem aos finais de semana.

Os Estados com maiores taxas de feticídios foram Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Roraima e Pernambuco.

### **ESTUPRO**

O número de estupros também é assustador: a cada

ano, cerca de 530 mil pessoas são estupradas no Brasil. Apenas 10% chegam aos registros policiais. Recorrendo aos registros do Ministério da Saúde, verifica-se que 89% das vítimas são do sexo feminino e possuem, em geral, baixa escolaridade. Crianças e adolescentes representam mais de 70% das vítimas.

### **ABORTO**

Dentre as mulheres adultas que engravidam, 19,3% fazem aborto legal. Esse indicador cai para 5% quando a vítima possui entre 14 e 17 anos.

Os níveis de violência e intolerância que sobem nos períodos de crise também registram o aumento do estupro coletivo e do estupro corretivo, que são pensados por alguns Movimentos em serem combatidos também coletivamente, com auto-organização.

Com cerca de 729 mil a 1 milhão de abortos clandestinos e inseguros realizados todos os anos no Brasil, que resultam em complicações e mortes, todos os Movimentos de Mulheres lutam pela descriminalização, e alguns também pela legalização do aborto.

Nesse momento, há no Congresso o Projeto de Lei 882/2015, que garante a qualquer mulher com até 12 semanas de gravidez procurar uma unidade de saúde pública para pedir a realização do aborto com atendimento multidisciplinar (médicos, psicólogos e assistentes sociais) para orientação sobre o procedimento, ou seja, descriminaliza e legaliza.

No entanto, tem toda a ofensiva da bancada religiosa, expressa também nos Projetos de Lei que tramitam no Congresso: 7443/2006 (institui o aborto como crime hediondo); 1545/2011 (determina que o médico que praticar o procedimento do aborto fora do previsto em lei responderá com pena de prisão); PEC 164/2012 (institui que a vida existe desde a concepção); PL 5069/2013 (considera crime contra a vida o anúncio de substâncias ou objetos destinados à interrupção da gravidez).

### **MORTALIDADE MATERNA**

No Brasil, “demoniza-se” muito o aborto, mas não se discute os índices de mortalidade materna (morte durante a gravidez ou até 42 dias após). O país tem uma taxa 5 vezes maior do que as recomendadas pelos organismos internacionais. De acordo com dados oficiais, cerca de 5000 mulheres morrem ao ano. Mas, de acordo com estudo realizado pela USP, esses dados estão abaixo dos reais, que podem ser 67% maior devido a erros nas notificações de óbitos. Desses, 95% dos casos são evitáveis, dependendo das políticas públicas.

### **SUICÍDIO ENTRE AS MULHERES INDÍGENAS**

Além de todos os problemas enfrentados pelas populações indígenas – com a questão da demarcação das terras passando o poder para a bancada ruralista; o problema da perseguição e assassinatos que envolvem os mandantes do agronegócio; e o avanço da exploração do solo com as mineradoras –, no contexto de avanço do

etnocídio, há um crescente número de suicídios (6 vezes maior que a média nacional), inclusive entre as mulheres (25%) e a juventude.

### **GOVERNO DO PT, DILMA E OS CORTES DE VERBAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ao começarmos com os “investimentos” do governo federal com programas de combate à violência contra a mulher, podemos dizer que desde o início do governo do PT a situação é desastrosa. Entre 2004 e 2011, o gasto médio anual com esses programas foi de 0,26 por mulher. No primeiro mandato de Dilma, houve um corte de verbas destinadas à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 38,6%, e a da Secretaria da Desigualdade Racial em 50,7%. Em 2013, do orçamento inicial, quase metade foi contingenciado. Em 2014, 20% do orçamento inicial foram cortados. E na Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, em 2014 foi utilizado apenas 44% do valor autorizado do orçamento. E para 2015 não está sendo diferente. A previsão é que até o final do ano haverá um corte de 55% das verbas para a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

Isso significa reafirmar a insuficiência de verbas para: aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, que não reduziu o número de mortes por agressão; construção de mais Delegacias da Mulher, que em 2010 eram 397 (em 5565 municípios do país) e, conforme IBGE, em 2014, são apenas 441; casas-abrigo e medidas protetivas; Hospitais de Referência à saúde e ao atendimento à mulher vítima de violência (inclusive estupro e aborto); etc.

Além disso, com os cortes de verbas para a Educação e Saúde, o governo afeta diretamente possíveis programas de prevenção à violência contra a mulher, à Saúde da mulher e de contracepção nos postos públicos, etc.

### **O CAPITALISMO PRECISA SOBREVIVER, A MULHER NEM TANTO**

Com todos esses números, e poderíamos apontar muitos outros, podemos fazer também várias afirmações, mas, é importante atermo-nos em algumas das que já temos afirmado:

A situação da mulher trabalhadora em períodos de crise e de avanço do reacionarismo fica ainda mais cruel. E essa dinâmica do capital de utilização da opressão para dividir a classe, e da opressão da mulher como instrumento necessário da intensificação da exploração capitalista e da desigualdade, permitem que o machismo se expresse também de forma mais intensa nas mais diversas formas. E como diz Clara Zetkin “quanto mais o trabalho é exercido em detrimento do padrão de vida dos homens, mais urgente se torna a necessidade de inclui-las na batalha econômica. Quanto mais a luta política afeta a existência de cada indivíduo, mais urgente se torna a necessidade da participação das mulheres nessa luta política”. (A Mulher e a Luta pelo Socialismo, p. 142).

Com a política de cortes de gastos aplicada pelo



governo, busca-se garantir o pagamento da dívida pública e a lucratividade do capital, e abandonam-se políticas (embora imediatas e reformistas) que amenizam o sofrimento da mulher trabalhadora. Dilma, como mulher no poder, demonstra o quanto somente a discussão de gênero é insuficiente diante da luta de classes.

As promessas feitas pelo partido do governo, PT, às mulheres trabalhadoras, são parte integrante das promessas não cumpríveis do capital, mas sustentadas em todos os mandatos. E nesse caso não se trata nem da emancipação da mulher, mas somente de sua sobrevivência.

Mas, como bem diz Mészáros, com “a extração do trabalho excedente economicamente garantida e o correspondente modo de tomada de decisão política sob a ordem sociometabólica de reprodução do capitalismo privado, este não deixa espaço para a agenda feminista de verdadeira igualdade, que exigiria uma reestruturação radical tanto das células constituintes como do quadro estrutural de todo o sistema estabelecido” (Para Além do Capital, p. 292) e isso, obviamente, nenhum governo burguês faria.

No entanto, a luta de revolucionárias e revolucionários não pode ser apenas pela sobrevivência da mulher trabalhadora, mas pela igualdade substantiva, pois é, realmente, incompatível a emancipação da classe sem a emancipação da mulher em todos os sentidos, inclusive hierárquico e subordinado. E embora seja o ponto fraco do capital (ou o “Calcanhar de Aquiles do capital”, como diz Mészáros, p. 224), por não possuir sobre a mulher domínio suficiente, a realidade tem apresentado múltiplas e aprofundadas formas de violência nessa época de crise estrutural.

Portanto, a agenda feminista precisa ser imposta para impedir que o capital aniquile parte fundamental da classe e da humanidade. E é fundamental reafirmarmos a nossa luta anticapitalista, classista, antigovernista e contra o machismo, sob o risco de compactuarmos com esse caminho.

Não é à toa o fortalecimento do setor reacionário desde o governo e com a bancada religiosa para dar vazão às necessidades da sociedade do capital.

Além das pautas que cortam direitos trabalhistas, dos “ajustes” que são os cortes de verbas, passando pelo endurecimento das leis para criminalizar o aborto em todos os casos, inclusive retrocedendo na atual legislação; têm-se ainda legislações que permitem maior tolerância ao estupro e sustentam certa “cultura do estupro”. Podemos citar a alteração no PNE a fim de evitar a discussão de gênero nas escolas; e também circula no Congresso Nacional o Estatuto da Família, que dentre os vários retrocessos resgata o casamento como “união natural” para fins reprodutivos.

Com tudo isso e todos esses dados, é possível compreendermos que chegou o momento de impor maiores cargas e exigências à mulher com um possível retorno ao lar, depois do desemprego, com a retomada do eixo da família nuclear e com o reenquadramento massivo aos padrões da igreja e da “moral” para maior submissão e

silenciamento, necessários ao capital.

## **A LUTA TAMBÉM É NA ESQUERDA E NO ESPAÇO SOCIALISTA**

Tem sido comum diante de tamanha carga e exigência à mulher um número maior buscar participação nos debates e nas lutas gerais, e também nas lutas contra o machismo. Embora se tenha muita confusão, especialmente em relação ao patriarcado e os limites da luta feminista, é inegável que se avançou bastante na esquerda quanto à compreensão da necessidade das lutas imediatas/sindicais/estudantis caminharem juntas com a luta contra a opressão.

A confusão também se expressa na discussão sobre o classismo, desde o debate sobre sororidade, até como lidar com o machismo existente na classe trabalhadora e na esquerda em geral.

Por outro lado, tem sido crescente o número de denúncias de machismo e até de escrachos na Esquerda. E, se isso expressa uma maior força e organização das lutadoras, também indica uma ruptura com uma ideia que se buscou fixar durante muito tempo de que o “machismo somente acabará com o fim do capitalismo e que, portanto, não haveria o que fazer”. Além de ser necessário desconstruirmos essa ideia e o próprio machismo hoje para construirmos a sociedade do amanhã sem nenhum tipo de privilégio, temos que reconhecer que práticas desse tipo estão presentes entre nós.

Não pode ser normal ou comum que entre revolucionários e revolucionárias nos deparemos com práticas machistas tão grotescas, se é que tenha alguma dessas práticas que podem ser menos ou mais grotescas que outras, práticas questionáveis até mesmo entre quem não tem formação ou compreensão sobre a opressão (comportamentos agressivos, tons de voz, termos pejorativos, piadas, tempos de fala, etc.), ao invés das práticas de combate ao machismo no cotidiano. Isso tem criado nos coletivos de mulheres e “feministas independentes” a utilização do termo “esquerdo-macho” para esses casos e, em muitos, a radicalização do combate a essas práticas, inclusive com saídas individualizadas.

Há também termos como “maninterrupting” (para homens que interrompem a mulher durante a fala), “bropropriating” (quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e recebe os créditos em uma reunião), “mansplaining” (quando um homem dedica todo um tempo para explicar algo à mulher como se ela não fosse capaz de entender), “gaslighting” (manipulação psicológica que leva a mulher e todos que estão em volta a achar que ela enlouqueceu ou é incapaz) que estão sendo apropriados para descrever determinadas práticas bastante comuns na esquerda e que durante muito tempo passaram “despercebidas”.

Nesse último ano, nos deparamos com algumas dessas questões também na Organização. Sabemos que o machismo não é uma postura individual, mas a reprodução de suas práticas sim. Também sabemos que já é hora de superarmos o debate da “necessidade de debatermos” e

construirmos no Espaço Socialista uma prática revolucionária que supere os problemas presentes na esquerda e contribua com o fortalecimento da luta das mulheres e, conseqüentemente, com a luta da classe trabalhadora de conjunto.

Portanto, com essa realidade que apresenta a intensificação da exploração, o retrocesso na conquista de direitos, o avanço do reacionarismo e da direita em vários aspectos e o aumento do machismo, da homofobia e do racismo não podemos continuar agindo da mesma forma ou como se estivéssemos imunes a tudo. É hora de pensarmos propostas para construirmos novas relações entre nós, da Organização e da esquerda, e o Documento de Construção poderá contribuir.

### **LGBT: SUPEREXPLORAÇÃO E MAIS VIOLÊNCIA**

Recentemente o reacionário Silas Malafaia andou “pregando” o boicote às empresas que apoiam a “causa LGBT”. Tudo isso por conta de um comercial de uma empresa de perfumes que incorporou casais homossexuais na propaganda.

A Suprema corte estadunidense recentemente julgou que proibir a união entre pessoas do mesmo sexo é inconstitucional, abrindo caminho para estender as garantias legais dos casamentos entre heterossexuais aos casamentos homossexuais.

Antes desse julgamento, 379 empresas, através de um escritório de advocacia, fizeram um dossiê endereçado à Suprema corte, defendendo a autorização ao casamento, pois “permitir que os casais do mesmo sexo se casem melhora o moral dos funcionários e sua produtividade, reduz a incerteza e remove os encargos administrativos inúteis impostos pela atual disparidade de tratamento provenientes da legislação estadual” (Uol notícias).

No Brasil, já há essa garantia, inclusive, em muitos casos, com extensão de direitos civis e previdenciários ao cônjuge.

Esses dois exemplos, em certo ponto contraditórios, demonstram como os capitalistas lidam com a orientação sexual das pessoas. Amor, liberdade sexual, direitos individuais, o prazer, nada importa. Apenas o lucro e a melhor forma de manter as coisas sob controle.

As duas situações também servem para elucidar que tanto aqui quanto lá, a garantia legal é ainda apenas um detalhe, pois o cotidiano ainda é marcado pela discriminação, preconceito e violência contra a população LGBT.

A divisão sexual do trabalho também está na origem dos problemas que os LGBT enfrentam na sociedade capitalista. Ressaltar diferenças entre as pessoas pela orientação sexual e pela identidade de gênero, desqualificando a sua força de trabalho, é um dos mecanismos que o capital utiliza para ter força de trabalho mais barata e disponível para os trabalhos mais precarizados.

Esse é um importante aspecto. Mas no capitalismo a submissão precisa ser completa, total. Assim, não basta

explorar e pagar os menores salários, é preciso subjugar, submeter a todo tipo de violência.

Os dados são assustadores, pela quantidade e pelas características dessa violência.

(J 80 ES) Dados do serviço “Disque 100” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – divulgados pelo Estadão – mostram como essa violência é persistente. Em 2011, foram 1159 denúncias de casos ligados à homofobia. Em 2014, até o mês de outubro, foram 6.500 denúncias, aumento de 460%.

Mas não se convive só com a violência “menos letal”. A ameaça à vida das pessoas LGBT é outra companhia do cotidiano. O “Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil” (2014) do Grupo Gay da Bahia (GGB) apresenta dados alarmantes.

No ano passado, foram 326 mortes de gays, travestis e lésbicas no Brasil. Um assassinato a cada 27 horas. Menos do que os ocorridos em 2012, mas 4,1 % a mais do que em relação a 2013. Esses dados colocam o Brasil como o país mais violento do mundo e com o maior número de crimes motivados pela homo/transfobia.

Também sabemos que esses dados não expressam com exatidão a violência sofrida pelas pessoas LGBT. Delegacias de polícia, unidades de atendimento médico (hospitais, etc.) ou outros órgãos públicos muitas vezes não registram muitos casos como parte da violência homofóbica, como por exemplo os casos de assassinatos em que a tipificação vai para latrocínio ou crime contra a vida, retirando a motivação homofóbica.

Para termos uma ideia de que a violência contra as pessoas LGBT é fruto desse sistema de exploração e não “caso exclusivo do Brasil”, os dados da ILGA/2012 – uma Associação internacional de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – mostram que em 78 países há homofobia praticada pelo próprio Estado, com legislação e, conseqüentemente, sanções policiais e jurídicas contra as pessoas LGBT.

Se, por um lado, há uma pressão de um setor conservador da burguesia, em tempos em que não há margem para concessões materiais, as concessões democráticas, na medida em que não representem grandes ameaças aos privilégios da patronal, podem ser a carta na manga dos governos para a pouca margem que têm em expressarem medidas populares. Os direitos civis são usados como forma de desviar o foco dos debates, como vimos com a garantia da união homoafetiva nos EUA recentemente. O debate das igualdades formais e outros que não esbarrem em nenhum tipo de investimento dos governos tendem a ser uma das saídas artificiais colocadas pelos governos no atual período, e precisaremos saber como reconhecer a necessidade desses avanços, dialogando com o quanto essas respostas encontrarão ou não eco na classe trabalhadora sem perder de vista ir além das igualdades formais.”

No mundo do trabalho, as dificuldades são as mesmas. Os sindicatos e as centrais sindicais ainda não incorporaram as demandas de trabalhadores que não se enquadram no

padrão heteronormativo vigente na sociedade capitalista.

Um estudo do DIEESE – tabela/gráfico 7 – (relações de trabalho de homossexuais, bissexuais, transgêneros e intersexuais no âmbito das negociações coletivas no Brasil) investigando a celebração de acordos ou convenções coletivas de trabalho não encontrou referência a garantias de direitos desses trabalhadores e trabalhadoras. Quando se trata dos direitos de homossexuais e bissexuais, encontra-se mais (na verdade quase nada..) referências nos acordos coletivos. Dados analisados a partir de 2003 demonstram cláusulas tratando de direitos trabalhistas de trabalhadores homossexuais e bissexuais em 19 negociações diferentes.

Já com vigência a partir de 2013, foram localizadas 34 dessas cláusulas. Um pequeno aumento.

No mesmo estudo, há indicações de cláusulas inseridas nos acordos e convenções coletivas de algumas categorias buscando equiparar direitos e também garantias específicas para a população LGBT no âmbito das empresas ou das categorias. São cláusulas garantindo a extensão de assistência médica, acompanhamento a consultas médicas, garantias em contratações, direito ao nome social, salário igual para trabalho igual, etc.

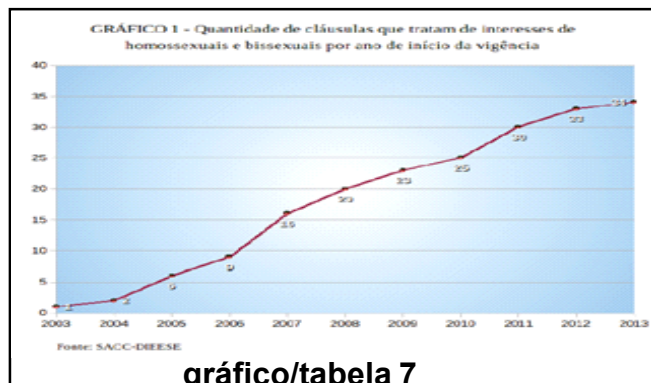
Se é incontestável a insuficiência, também é verdade que são passos iniciais fundamentais para que esses “direitos específicos” sejam encarados como interesses da classe trabalhadora de conjunto.

Em relação ao movimento LGBT, há vários grupos que se organizam para levar adiante as demandas do movimento. São entidades, grupos nacionais e regionais, que atuam em diversas frentes, como dos direitos humanos, saúde, luta pelos direitos das pessoas com HIV/AIDS, coletivos ou grupos de trabalho no interior dos sindicatos ou centrais sindicais.

Como todo movimento “específico”, há todo um debate a ser feito quanto a sua orientação classista do movimento. Um amplo setor, bem majoritário, não tem nenhuma disposição de levar as demandas como parte da luta da classe trabalhadora, mantendo a independência dos governos (municipais, estaduais e federal).

No campo da esquerda, o movimento está desarticulado, tendo vários militantes agindo individualmente ou em coletivos que atuam em pautas locais. Há tentativas de articulação, como o Grupo de Trabalho da CSP Conlutas, mas que ainda não estão de fato no cotidiano das pautas, reproduzindo a burocracia sindical. A tendência também é de que a violência contra a população LGBT persista. As agressões (proibição de frequentar espaços públicos, a violência psíquica, o fim dos já pequenos programas de saúde, as ações governamentais, etc) serão os primeiros alvos das políticas de ajuste que o governo está e vai continuar implementando.

E também é provável que a resistência continue e até se amplie. E em toda luta há disputa. E em toda luta há unidade. Precisamos ser capazes de encontrar as melhores táticas que nos permitam lutar de forma unificada com os demais setores do movimento LGBT pelas garantias democráticas, e ao mesmo tempo organizarmos o setor de



gráfico/tabela 7

esquerda para que o movimento tenha uma continuidade.

Assim, definir a forma organizativa é fundamental porque define também o perfil político e programático com que vamos atuar. Hoje, a depender do atual estágio do movimento, a tendência é que aconteçam as manifestações isoladas e sem uma continuidade da luta.

Neste sentido vale trazer a atual resolução da organização, aprovada na Conferência de 2011:

“29) Defendemos um movimento LGBT: a) de luta – de atuação na realidade e que tenha como concepção de que só a luta poderá garantir a conquista dos direitos do movimento LGBT; b) antigovernista – ou seja, é oposição aos governos burgueses de plantão e contra a política aplicada por esses governos para o setor. Isso implica que, como parte da disputa pela consciência, defenderemos as nossas concepções políticas e teóricas no interior desses grupos e não atuaremos em grupos que tenham posições anti-socialistas e governistas; c) classista – formado por trabalhadores/as e de defesa dos interesses da classe trabalhadora; d) socialista – que luta pela revolução socialista e por uma sociedade sem classe social.”

### NEGROS E NEGRAS: RACISMO E MAIS EXPLORAÇÃO

Os governos petistas sustentam que a vida d@s negr@s melhoraram. Para isso, apoiam em iniciativas como a expansão do mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo, os programas de redução da pobreza, execução de políticas setoriais (planos Brasil quilombola e plano de desenvolvimento dos povos de matriz africana) e as políticas afirmativas como o PROUNI e as cotas para acesso ao ensino superior. (documento do governo IPEA – situação social da população negra por estado – 2014)

Quando avaliamos os dados disponíveis, nos deparamos com um debate importante, que é o resultado efetivo das medidas que foram tomadas. Para nós, a referência é o resultado da expansão do capitalismo no Brasil. Por mais que se tenham sido adotadas medidas “compensatórias e de reparação”, na repartição da riqueza criada no país – estamos tratando do período mais recente, mas poderia ser de toda a história do capitalismo no Brasil –, uma pequena parte foi revertida para a sociedade e, dessa já pequena, foi retirada outra que tinha como foco os negros.

Se não se estabelecem referências, caímos no jogo dos governos, de conformação com as migalhas e com a persistência de profundas diferenças sociais entre brancos

e negros. É preciso reconhecer que as medidas adotadas, além de serem migalhas em relação à produção de riquezas no país, não acabam com as diferenças.

É aqui já se coloca uma questão central para nós: a expansão do capital – em qualquer de suas formas – não acabará com as desigualdades, pelo contrário, depende delas. Mesmo com pequenas concessões, o que prevalece é a reafirmação delas. É como o salário, receber uma quantia maior não é sinal de que está sendo menos explorado. Pode, a depender da riqueza gerada, estar sendo ainda mais explorado.

Reafirmar essa convicção tem o objetivo prático de nos preparar para o próximo período da crise uma vez que os danos serão ainda mais graves para os setores mais oprimidos. As pequenas mudanças vão escapar às mãos porque elas – como tudo no capitalismo – eram e são provisórias e vão nos colocar diante de dilemas como, defender o que é ruim ou avançar para conquistas reais?

Assim como no processo de “acumulação primitiva” do capital no Brasil, em que o negro foi sujeitado a uma força de trabalho barata e produtiva, a produção capitalista atual também precisa de força de trabalho com essas características. É um caminho considerado “natural” para a solução da crise atual. E, mais uma vez, a população negra da classe trabalhadora tem sido recrutada pelo capital.

Sabemos também que a exploração precisa ser justificada, encaixada em uma determinada moral. Para serem ainda mais explorados, é preciso que esses aceitem e para os demais seja naturalizada essa forma de exploração.

O racismo foi construído como uma forma particular de impor a exploração sobre os trabalhadores, criando mitos de uns serem superiores a outros (para isso até desenvolveram “teorias científicas”) e assim estar plenamente justificada a brutal opressão e exploração.

Essa diferenciação chega às fileiras da classe trabalhadora e passa a servir de elemento de divisão interna entre brancos e negros, ou, em outros casos, entre homens e mulheres, entre homossexuais e heterossexuais, etc., e com isso enfraquece a luta até mesmo nas questões mais imediatas.

O racismo surgiu e cresceu com o capitalismo e ajuda a sustentá-lo. A sua abolição depende, portanto, de uma revolução socialista que rompa as estruturas materiais às quais estão vinculadas [...]. Diz-se que o racismo é tão antigo quanto a natureza humana, e em consequência não poderia ser eliminado. Pelo contrário, o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do ‘Novo Mundo’ que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo. (Alex Callinicos. Capitalismo e racismo. p. 8).

Mesmo concordando com Callinicos, pensamos que as reivindicações e bandeiras de luta de trabalhadores

negros e negras não podem esperar pelo fim do capitalismo. Precisamos lutar por cada reivindicação e levantar bem alto essas bandeiras. Como Lênin nos lembrou: não há nenhum problema em os revolucionários lutarem por reformas; o problema é quando param por aí. As lutas imediatas são fundamentais para avançarmos contra o racismo e a intensificação da exploração.

Em relação à realidade atual, fazem falta estudos mais críticos e atualizados sobre qual a real situação da população negra. Nos baseamos em dois: um do IPEA e outro do DIEESE, ambos com dados de 2012.

Neste estudo do IPEA, há vários dados sobre a população negra e todo ele é direcionado para demonstrar que a situação d@s negr@s avançou sob os governistas petistas; que houve mudanças sociais e econômicas que beneficiaram @s negr@s, mas, no afã de comprovar a tese da melhora em muitos casos, a leitura não chega ao essencial sobre a situação d@s negr@s no Brasil.

Reconhecemos que houve mudanças em vários indicadores, mas insuficientes para caracterizá-los como avanços, primeiro porque a condição da classe trabalhadora de conjunto já apresenta muitos problemas, e depois porque as diferenças são bem grandes. O governo esconde as contradições e problemas sociais do país, e cabe a nós desmascará-lo.

Por isso, julgamos ser importante fazer uma leitura crítica desses mesmos dados, procurando revelar aquilo que as explicações dos dados querem esconder. São dados de 2012.

- **Sobre a renda per capita familiar:** 84,5% d@s negr@s se concentram na faixa de ¼ salário mínimo (SM) até 1-1,5 SM, ao passo que a porcentagem de brancos neste universo é 64,1%. A parcela d@s negr@s com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012. Percebe-se que aconteceu o deslocamento, mas ainda para as faixas de menor valor;

- **Moradia:** qualquer comparação mostra que famílias chefiadas por brancos estão em moradias em situação mais adequada do que aquelas chefiadas por negr@s. Enquanto 77,1% de famílias brancas estão em condições mais adequadas nas regiões urbanas metropolitanas, quando se refere aos negros, o índice cai para 60,9%. Se for em regiões não metropolitanas, a diferença aumenta para 61,9% a 41,9%;

- **Escolaridade (considerando a população acima de 15 anos):** 23% da população branca tinha menos de quatro anos de estudo; entre os negros, este percentual é de 32,3%. Para as pessoas com nove anos ou mais de estudo a população branca era de 55,5% e a população negra 41,2%. As pessoas brancas com doze anos ou mais de estudo representam 22,2%, enquanto entre os negros a porcentagem é de 9,4%. Se é verdade que, comparando-se com 2001, o índice de negros que tinham doze anos ou mais de estudo saiu de 3,5% (2001) para 9,4% (2012) – quase 180% –, também é verdade que a diferença que era pouco menos de 10% passou para 13%, ou seja, até no deslocamento há desigualdade;

- **Emprego/desemprego entre @s negr@s:** O

DIEESE tem realizado suas pesquisas nas regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, DF, Fortaleza e Salvador). Lidamos com os limites do alcance dessa pesquisa, pois, mesmo sendo as principais regiões do Brasil, ficam de fora outras tantas regiões (notadamente as mais pobres e como hipótese onde as condições são as piores), fazendo com que os dados sejam ainda parciais.

Pela última sistematização nacional – nov/2013 –, nessas regiões, em 2012, a taxa do desemprego total era de 10,5% da população economicamente ativa, mas quando visto só o negro, era de 11,9% (homens negros 9,9% e mulheres negras 14,1%). Para os “não negros”, a taxa total era de 9,2% (homens 7,9% e mulheres 10,7%). Um dado interessante é que, quando se compara a taxa de participação dos negros e negras no desemprego, a taxa pouco variou de 2010 até 2012 (60,4% em 2010 e 60,3% em 2012).

A esses dados acrescentamos os da pesquisa do IPEA. Mesmo com a queda das taxas de desocupação (ainda que diferem bastante conforme a fonte), são os negros que estão nas piores estatísticas. Em todas as faixas de idade o desemprego atinge mais os negros: 16 a 21 anos: 15,4% brancos e 18,5% negros; 22 a 29 anos: 7,1% brancos e 9,3% negros; 30 a 44 anos: 3,7% brancos e 5,1% negros; 45 a 60 anos: 2,4% brancos e 2,9% negros; 61 anos ou mais: 1,7% brancos e 1,7% negros (única faixa etária em que os números são iguais).

Para ver que a cor da pele é tida como elemento determinante, em Salvador, a população negra representava, em 2012, 90,4%. E do total dos desempregados 92,6% são negros. Já a taxa de desemprego para os negros era de 18,1% e para os não negros era de 13,1%.

- Ocupações: o fundamental nesta análise é a constatação de que os negros estão nas ocupações mais precarizadas e, conseqüentemente, com a remuneração menor. São maioria nas ocupações quando: não remuneradas/próprio consumo (7,6% negros e 5,1 brancos); conta própria – não contribuinte (18% negros e 13,4% de brancos); empregado sem carteira (17,1% negros e 12,5% de brancos); empregado doméstico – não contribuinte (5,3% negros e 2,9% brancos).

Quando se trata de posições mais vantajosas, a situação se inverte: Empregador (2,3% negros e 5,4% brancos); empregado doméstico – contribuinte (2,9% negros e 2,2% brancos); conta própria – contribuinte (3,5% negros e 6,7% brancos); empregado com carteira (36,7% negros e 43,4% brancos) e Funcionário público/Militar (6,6% negros e 8,5% brancos).

- Renda: Quando se compara uma única ocupação, enquanto a renda do branco é de R\$1888,00, a do negro chega a R\$ 1187,00, ou seja, o rendimento do negro equivale a 62,9%. Nos casos em que estão em mais de uma ocupação remunerada, é de 60,2%. Pode-se fazer todo tipo de comparação, que a diferença será em favor do branco. E considerando todas as rendas, a do branco é de R\$ 1857,00 e a do negro R\$1063,00.

## A LUTA CONTRA O RACISMO

O fortalecimento das ideias de direita tem encorajado os racistas a praticarem esses tipos de atos publicamente. Sentem-se fortalecidos, tanto diante da conivência de uma parte da população, como da omissão do Estado. Os linchamentos, não por acaso, são de negros. A tendência é que esses atos aumentem.

Se em situação tida com “normal” já lutamos contra o racismo e a exploração, nesse momento se coloca ainda mais a necessidade de avançarmos na unidade das lutas e na organização, com debates nas entidades, nos locais de trabalho e estudo, na nossa imprensa, enfim, na militância cotidiana para ampliar o debate ideológico junto à classe trabalhadora.

A luta para ganhar a consciência da classe trabalhadora de conjunto, para avançarmos contra o racismo e pelas bandeiras da parcela negra da classe trabalhadora (assim como das mulheres e LGBT) não é uma questão menor.

E não se trata de uma questão moral, mas das necessidades objetivas da luta revolucionária. Fazendo uma analogia com as lutas contra as opressões às nacionalidades, numa das cartas de Marx a Kugelmann, em 1869, temos: “*A tarefa especial do Conselho Central em Londres é despertar na classe operária inglesa a consciência de que a emancipação nacional da Irlanda não é para ela uma abstrata questão de justiça e de humanitarismo, mas condição primeira de sua própria emancipação social*”.

## A JUVENTUDE

O critério de definição de juventude, segundo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da juventude, é entre 15 e 29 anos; critério este já adotado pelos órgãos públicos. Como o período entre 15 e 29 anos de idade junta realidades muitas distintas, adotam-se subdivisões para não perder as especificidades de cada faixa etária: jovem-adolescente, (entre 15 e 17 anos); jovem-jovem, (entre 18 e 24 anos) e jovem-adulto, (entre 25 e 29 anos). Representam atualmente aproximadamente 25% da população do país, mas com tendência de queda dessa proporção. Outra forma de divisão é em “cortes”, considerados nascidos no mesmo ano (Por exemplo, os nascidos no ano 2000; 2001, etc.), portanto, por esse critério, a juventude se subdivide em 15 “cortes”. A quantidade média em cada um desses “cortes” é de aproximadamente 3,4 milhões.

A juventude brasileira enfrenta várias dificuldades para o seu pleno desenvolvimento. Em todos os indicadores sociais (do governo ou não), os piores índices dizem respeito à juventude. Uma parte significativa dos jovens é obrigada a trabalhar, em geral para ajudar a família no sustento. Pelo PNAD de 2013, são 2,6 milhões de jovens entre 14 e 17 anos trabalhando, e muitos desses fora da escola. **(gráfico/tabela8)**

No universo dos jovens, há outro grupo importante, que são os 10 milhões de “nem-nem” – jovens entre 15 e 29 anos que não trabalham e nem estudam. Representam quase 20% da juventude do país. Não se trata de uma escolha, mas de uma imposição do capitalismo para mantê-los na condição

de um imenso exército de reserva a ser utilizado para pressionar o valor da força de trabalho. Também não se trata de coincidência 69% deles serem mulheres e 63% negros. 48% desse contingente tem ao menos um filho@.

Dos que estão entre 15 e 17 anos, 56,7% não tinham sequer o ensino fundamental completo. A interrupção dos estudos é outra realidade desse grupo, já que 47,4% dos “nem-nem” entre 18 a 24 anos, já tinham completado o ensino médio e não foram para a universidade. **(gráfico/tabela9)**

Estar entre os mais pobres ou mais ricos também faz diferença para completar o ensino médio, pois, por dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), só 58% da juventude brasileira completa o Ensino Médio. Se estiver entre os mais pobres só 30% chegam ao fim do Ensino Médio, enquanto os mais ricos o concluem em 85% dos casos.

No trabalho, pelos dados disponíveis sobre a juventude, a precarização predomina. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade ocupados, 36,1% tinham rendimento de até um salário mínimo; 42% entre 1 e 2 salários mínimos e outros 20% tinham rendimento superior a dois salários mínimos. Em relação à jornada de trabalho, 26,2% foi inferior a 40 horas semanais, mas há um contingente de 25% dos jovens que trabalharam mais que 45 horas semanais. A informalidade atinge um contingente muito grande da juventude entre 15 e 29 anos, e quando se leva em conta a cor, 41,2% dos brancos e amarelos estão na condição de trabalhador informal, quando entre negros e índios a informalidade salta para 56,3%.

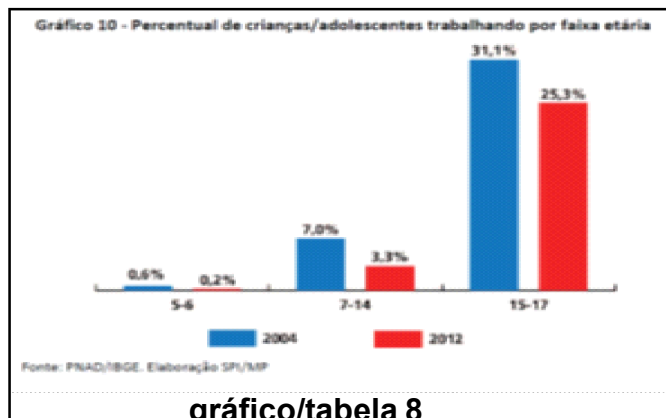
O desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos está em 17,6%, bem acima da taxa geral de 7,9% (dados nacionais do IBGE). **O gráfico/tabela 10** mostra o tamanho da desocupação entre os jovens de 14 a 24 anos. Na região metropolitana de São Paulo, pelos dados do DIEESE, os desempregados com idades entre 16 e 24 anos eram 42,1% em junho.

A discussão da redução da maioridade é só mais uma forma de encarceramento da juventude. Incapaz de propiciar condições de estudo e trabalho para a juventude, o Estado opta pelo encarceramento e violência contra os jovens. Em 2013, eram mais de 23 mil jovens em privação de liberdade, onde a imensa maioria dos condenados foi por crimes ligados ao patrimônio, situação comum nas sociedades capitalistas em que a coisa vale mais do que a vida.

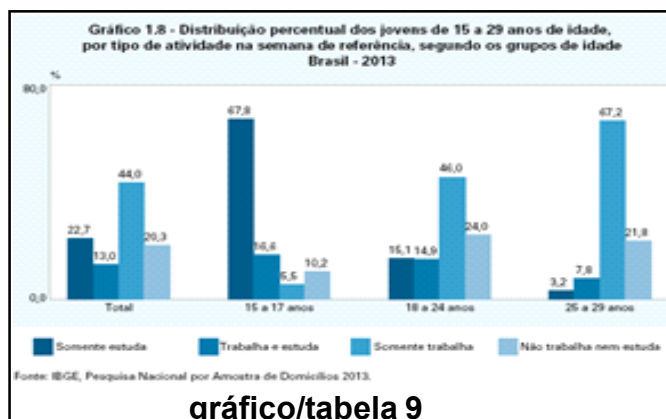
A violência também se expressa no número de jovens mortos. Entre os anos 1980/2012, os homicídios são a causa de 28% das mortes dos jovens acontecidas neste período. Se verificado só em 2012, esse índice sobe para 38,7% das causas das mortes, o que, comparado à população total, representa 53,4% de todos os assassinatos no país (mapa da violência contra os jovens – 2014).

Só como exemplo, pelo mapa da violência dos 8.153 jovens entre 16 e 17 anos falecidos em 2013, 46% (3.749) foram vítimas de assassinato. A continuar essa tendência, 42 mil adolescentes serão assassinados até 2019.

As vítimas não são escolhidas ao acaso: todas as



**gráfico/tabela 8**

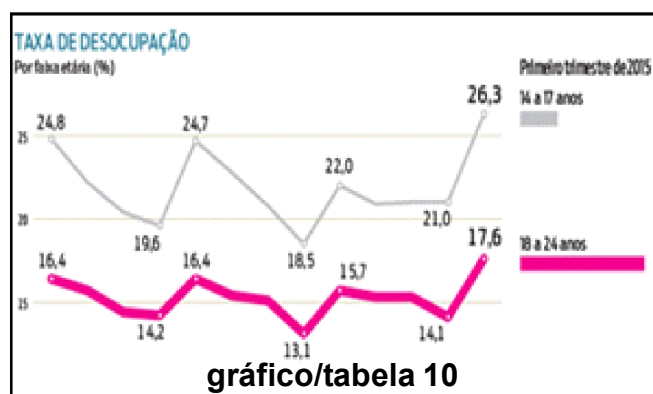


**gráfico/tabela 9**

pesquisas são unânimes em apontar que são os negros, jovens, do sexo masculino e moradores do Nordeste, ou seja, a violência contra a juventude tem cor, idade e localidade. Não por acaso, esses segmentos estão associados a outros dados que indicam pobreza, desigualdade e baixa frequência escolar.

No recorte racial, entre 2002 e 2011, o homicídio como a causa de morte dos jovens negros foi de 63% para 76,9%. O de brancos decresceu de 36,7% para 22,8%. A pobreza e as desigualdades andam de mãos dadas com essa violência, pois “73% da população mais pobre é negra; 79,4% das pessoas analfabetas são negras; 62% das crianças que estão fora da escola são negras; em média, a renda de negros é 40% menor que a de brancos” (Juventudes contra a violência). Quando particularizamos os dados, temos exemplos como o de Alagoas, com 20 homicídios de jovens negros para cada homicídio de jovem branco.

O Estado é também agente dessa violência. Segundo dados do ministério da justiça, os jovens negros e das periferias são as principais vítimas de violência policial. De



**gráfico/tabela 10**

cada dez mortos pela polícia, sete são negros. A população carcerária também revela essa situação, pois 38% tem de 18 a 29 anos, e 60% são negros.

Deve-se agregar a esses dados que o suicídio é a terceira causa das mortes entre os jovens, revelando outro tipo de violência da sociedade capitalista contra a juventude: a desesperança.

Os dados apresentados sobre a juventude buscam, ainda que superficialmente, demonstrar que a situação desse setor da sociedade primeiro deve se deteriorar, abrindo espaços para a explosão social, dentro e fora das universidades/escolas.

Mas não podemos nos conformar com essas limitações. É importante avançar para a construção de um estudo mais aprofundado sobre a juventude brasileira.

### **A CRISE ECONÔMICA É PROFUNDA E NÃO DEVE SE RECUPERAR TÃO CEDO**

Crise é praticamente um sinônimo de capitalismo. São por elas que se iniciam novos ciclos. A que está em curso no Brasil é uma das mais profundas.

Importante destacar que não se trata somente da política econômica de Dilma, como quer fazer crer a oposição burguesa, embora seja fundamental para o capital, mas dos próprios fundamentos do capital e de como os países de economia dependente estão articulados com os caminhos da economia mundial. A América Latina e o Caribe caminham para o quinto ano de desaceleração econômica. O crescimento dos países subdesenvolvidos depende de como as economias do bloco dos países ricos caminha.

Com Dilma ou sem Dilma (vai depender da sua capacidade de impor aos trabalhadores o nível de exploração necessário), a tendência é o aprofundamento da crise ou a imposição de uma brutal exploração sobre a classe trabalhadora brasileira. É assim porque não depende dessa ou daquela política econômica, mas da própria necessidade de o capital se expandir. Neste processo de expansão, enquanto não houver uma força política e social que o impeça, ele vai passar por cima de tudo e de todos.

E não pode, como já dissemos, ser novidade para a esquerda essa situação. O “período de exceção” foi assentado sobre bases que não se sustentavam por si, estavam apenas jogando os problemas para frente.

Desde 2010, em que teve um crescimento de 7,5%, a produção de riqueza no Brasil tem oscilado em um patamar baixo (2011: 2,7%; 2012: 1%; 2013: 2,7%), até chegar a 0,1% em 2014. Para o ano de 2015, fala-se em PIB negativo acima de 3%. Apesar do alarde do petismo, quando houve crescimento da economia no Brasil, ele sempre foi menor do que a média mundial ou, quando nas raras vezes foi maior, alcançou pouca coisa acima (com exceção de 2010, em que cresceu 2 pontos acima). Essa distância tende a se manter, pois no próximo ano, o crescimento do Brasil deve ser negativo.

E estamos trabalhando a partir de critérios da economia política que não contabilizam a destruição

ambiental do planeta para produzir essa riqueza, ou as doenças produzidas pelo trabalho estafante na extração de mais-valia. O custo humano para produzir essa riqueza é muito alto e os retornos para a sociedade são mínimos.

A quebra do modelo anterior recoloca o país em sua “rota normal”, com forte dependência das exportações de matéria-prima e commodities. E, com o preço desses produtos em baixa no mercado mundial, é pouco provável que haja recursos para financiar um novo crescimento consistente nos próximos anos.

Apostar em crescimentos abaixo da média mundial não é ser pessimista, mas compreender onde a economia brasileira se encaixa no quebra-cabeça mundial. Para ser diferente, teria que mudar o padrão de acumulação que o imperialismo reservou aos países periféricos, incluindo o Brasil.

Como uma força de trabalho (superexplorada); com rendimentos/salários por si só incapazes de renovar e impulsionar o consumo aos níveis necessários; com uma indústria com seus principais ramos dominados pelas multinacionais; em processo de desindustrialização; sem capacidade de competir no mercado mundial; e com os principais produtos de exportação (grãos, minério, petróleo) enfrentando forte e acirrada concorrência no mercado mundial; reiteramos, como poderia o Brasil oferecer alguma base de crescimento contínuo? Opinamos que não pode, principalmente por conta da sujeição às oscilações do mercado mundial.

Se nem mesmo a forma (a política econômica) que esse padrão se manifesta tem força de fazer frente aos países centrais, a pergunta é: por onde a economia brasileira crescerá a ponto de sustentar um novo padrão de acumulação?

Como bem disse Ruy Mauro, a economia dependente (e a superexploração do trabalho) é uma condição necessária do capital mundial, ou seja, o desenvolvimento dos países imperialistas depende do nosso subdesenvolvimento. Reverter isso ou promover uma mudança dessa magnitude, somente com acontecimentos históricos, como guerra mundial.

Ao entendermos que o caminho para o Brasil se integrar ao mercado mundial é com a exportação de bens primários (há uma parte nesse documento) – ainda que os preços atuais das commodities estejam superiores aos de 2007 –, precisamos saber que há uma tendência histórica de queda de preço em todas as commodities (**gráfico/tabela 11**). No capitalismo, os fatores como a demanda e a oferta, que jogam os preços para cima ou para baixo, são temporários e logo se ajustam tendo por base as tendências gerais (ver também Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Estudo CEPAL).

Como, historicamente, tem diminuído a quantidade de trabalho (em função do implemento de máquinas e técnicas) para produzir essas mercadorias (a exceção talvez seja em petróleo), o valor delas deve seguir a tendência de queda.

Diante desse quadro, e do aumento da dependência da

economia brasileira em relação a exportações de commodities, a conclusão é que o Brasil não deve entrar tão cedo em um novo período de crescimento econômico, colocando para os trabalhadores mais exploração, perdas de direitos, (contra) reformas e retirada (absoluta ou relativa) do Estado de áreas como saúde, educação, transporte.

### AS CONTRADIÇÕES E OS ENTRAVES PARA OUTRO PERÍODO DE CRESCIMENTO

Pela lógica da economia burguesa, não há mais possibilidade de repetir esse período. Vejamos:

**Endividamento.** Começemos pelo endividamento. Para uma economia que precisa do mercado interno, o endividamento é um elemento chave, pois significa comprometimento de futuras compras e, consequentemente, influência na produção e até na importação, ou seja, na atividade econômica.

A “nota para a imprensa do BCB” (30/07/2015) informa que o endividamento total das pessoas físicas e jurídicas atingiu R\$3.102 bilhões em junho. As pessoas físicas, R\$1.465 bilhões e as jurídicas, R\$1.637 bilhões. Uma expansão de 9,8% nos últimos 12 meses. A relação crédito/PIB ficou em 54,5%, superior aos 52,8% em junho de 2014.

Pelos dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) de julho/2015, 61,9% das famílias, principalmente as de menor renda, estão endividadas, subindo a partir de janeiro e com números muito próximos aos do mesmo período em 2014. 31,2% da renda está comprometida com dívidas. Em relação à inadimplência, 21,5% das famílias estão com dívidas em atraso (41,8% dessas com mais de 90 dias) e 8,1% não terão condições de pagá-las. O tipo de dívida de maior taxa – com 71,6% das famílias endividadas – é o cartão de crédito, que é uma forma mais fácil de acesso ao crédito.

A inadimplência das empresas segue a mesma direção. No primeiro trimestre de 2015, subiu 12,1% comparando com o ano anterior, atingindo principalmente as micro, pequenas e médias empresas. A inadimplência com os bancos teve alta de 3,5%.

**Restrições ao crédito.** A oferta de crédito, como forma de impulsionar o consumo, e que marcou os governos petistas – sobretudo o governo Lula –, mostra os seus limites. O **gráfico/tabela 12** mostra, principalmente a partir de 2006, como os bancos, tanto os públicos quanto os privados, ofertaram amplamente crédito. Mas os limites chegaram. O endividamento, a inadimplência e a política de restrição ao consumo têm como efeito a diminuição do crédito e da própria oferta dele. Combina-se a política econômica do governo com o funcionamento do mercado. O aumento da taxa de juros absorve partes significativas de capital para os títulos públicos (pagamento da dívida, etc.), o aumento de exigências dos bancos e financeiras, a menor oferta de crédito imobiliário, fazem com que setores importantes da economia, como a construção civil, reduzam suas atividades. O crédito foi um elemento fundamental nesse processo.



A queda da oferta do crédito é visível na política de crédito dos bancos privados e públicos. Pelo mesmo **gráfico/tabela 12**, vemos a explosão do crédito nos primeiros anos do governo Lula, em que os bancos públicos e privados acompanharam a mesma tendência. Também, a partir de 2014, há uma maior participação dos bancos públicos em relação aos privados, mas que também iniciaram uma tendência de redução desse volume ofertado.

O crédito para o mercado imobiliário, que vinha crescendo ano após ano (participação importante dos bancos controlados pelo governo), diminuiu por vários mecanismos, como o financiamento de uma porcentagem menor do imóvel e o aumento das taxas de juros para financiamento de imóveis.

Para as empresas, ainda que o governo seja bem benevolente, também foram adotadas medidas restritivas, como a redução da parcela da taxa de juros subsidiada e a participação dos bancos públicos no financiamento das novas concessões. Nos bancos privados, a tendência também é de queda. Segundo o Banco Central, nos primeiros quatro meses de 2015, as concessões de crédito para empresas caíram 4,7% em relação ao ano passado.

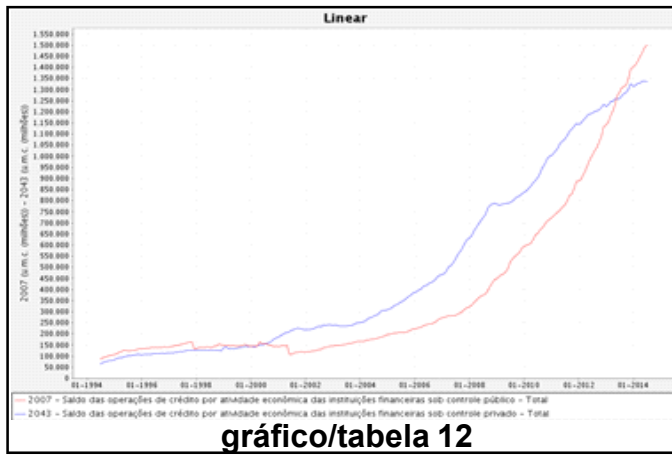
**Problemas com o consumo.** A crise começa a se refletir no comércio com mais persistência. O comércio é uma indicação importante, primeiro porque é onde se realiza a mais-valia e onde pode recomeçar o ciclo do capital, e segundo porque tem um peso importante na composição da riqueza nacional. O setor terciário (o comércio está incluído aí) representa 70% do PIB nacional.

O DIEESE, em suas pesquisas, o divide em três grandes segmentos: atacado, varejista e de automóveis. Vamos então ver o movimento desses três segmentos.

Em relação ao volume total, 2010 foi o pico, com um crescimento de 10,9% em relação ao ano anterior. Desde então, o movimento é de queda, com exceção de 2012. A projeção do DIEESE (em abril) é de um crescimento de apenas 1% ante um PIB de 0,8%. Como as projeções atuais indicam crescimento negativo do PIB, é provável que esse número já não reflita a realidade.

**As vendas no varejo.** Entre oscilações, nos últimos meses tem apresentado quedas sistemáticas. Considerando





o mês de maio, nos últimos 12 meses a queda acumulada é de 4,5%. Uma contração importante. Há também queda nas vendas em hipermercados, móveis e materiais de escritório, bebidas, tecidos, publicações, entre outros. Curiosamente, o que aumentou foram os produtos farmacêuticos e os cosméticos. (IBGE, pesquisa mensal de comércio).

**A desindustrialização e o enfraquecimento da classe média.** A produção industrial teve queda de 3,2% no ano de 2014, com a produção de veículos sendo a que mais caiu (16,8%). Neste ano de 2015, a queda continua e já é de 6,3% (DIEESE). Segundo a FGV, a utilização da capacidade produtiva está em 78,2%, menor desde 2009. Até junho, foram dizimados mais de 100 mil vagas nas indústrias.

Esses problemas na indústria devem ser observados em conjunto com o processo de desindustrialização por que passa o país, pelo critério do DIEESE, é “caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente”. Notem que a redução é proporcional a não extinção de um parque industrial no país.

E vale a ressalva de que aqui não nos propomos a discutir o processo de industrialização brasileira e as condições em que ela ocorreu (ainda que seja urgente nos dedicar a esse tema), mas, nesse momento, a entender as consequências políticas e sociais, bem como entender que é parte da ampliação da dependência em relação às economias centrais.

A diminuição do peso da indústria na produção de riqueza nacional (gráfico/tabela 13) começa na segunda metade dos anos 80, depois de chegar, em 1985, a 21,6%. A partir de 1986, observa-se uma expressiva perda de participação da indústria, pois, segundo dados do IBGE e da FIESP, caiu mais de 16 pontos percentuais até chegar aos 10,9% em 2014.

Deve-se notar que é a partir dos governos petistas que a curva descendente é mais acentuada e se combina com o aumento das exportações de commodities, mostrando aqui também que é uma “via negociada” (e demonstrando que a burguesia brasileira, por sua condição de sócia subordinada, não vai enfrentar o poderio econômico e político do imperialismo).

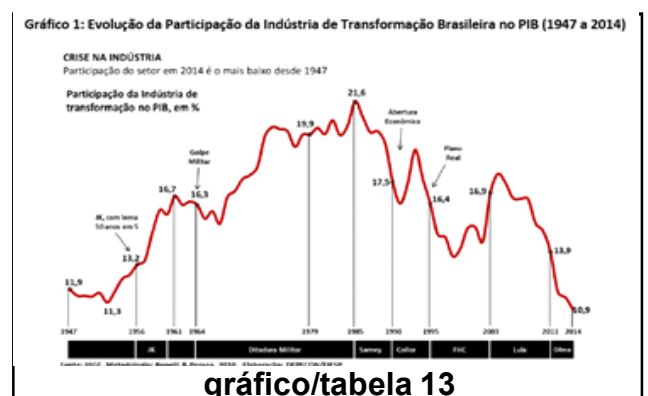
A industrialização “tardia” brasileira não só fortaleceu uma das frações do capital, como provocou profundas mudanças na divisão social do trabalho, a partir do surgimento de funções administrativas e de supervisão nas empresas e no próprio Estado que controlava empresas importantes.

Essa é a base do fortalecimento da “classe média” brasileira, sustentada pela riqueza criada na produção dessa nova indústria que se consolida no país. Como os “trabalhadores de classe média” não criam valor, dependem da existência de um parque industrial e uma classe operária produzindo valor suficiente para permitir ao capital destinar uma parte da mais-valia para financiar essa classe média.

Para isso, dois acontecimentos foram decisivos: a industrialização com o plano de metas do governo Kubitschek (grandes empresas em algumas regiões metropolitanas) e o fortalecimento de várias estatais (telefonia, bancos, energia, etc.), para dar suporte a essa industrialização. A enorme quantidade de empregos criados por essas mudanças levou a um fortalecimento político importante da classe média, com profundas mudanças na sociedade (ensino universitário público de qualidade, um mercado consumidor interno, etc.) e a criação de empregos nessas empresas públicas.

Ao mesmo tempo em que essa classe média ia se fortalecendo, o processo de industrialização produzia uma crescente desigualdade e pobreza urbana, principalmente daquela força de trabalho que foi expulsa da zona rural do país e se constituía como uma força de trabalho disponível para qualquer trabalho que lhe garantisse o mínimo de sobrevivência. Politicamente, foi muito importante para a burguesia a existência dessa classe média para construir uma base de apoio para o seu projeto mais geral. Não foi por acaso que a ditadura buscou primeiramente o apoio político nos setores mais amplos da classe média.

Essa classe média não existe mais. É só uma das consequências do processo de desindustrialização do país. Com a desindustrialização, essa classe média passa a encolher, como parte de um empobrecimento geral a partir da crise dos anos 80, sobretudo pela desestruturação do mercado de trabalho resultado direto dessas mudanças. A extinção de postos de trabalho de maior remuneração (normalmente ocupados pelos extratos superiores da classe média) nos últimos anos é outra demonstração da perda de importância desse setor. Os **gráficos/tabela 14 e 15**



mostram bem como tem sido a queda do emprego – pelo menos o formal – na indústria e como esses empregos foram sendo transferidos para outros setores, sobretudo o de serviços.

Pochman estima que entre 1981 e 2002 foram cerca de 11 milhões de pessoas que tiveram piora em sua situação social. O critério aqui é a sua participação na estrutura social brasileira, e não os critérios de capacidade de consumo. A incorporação de uma parcela da base da pirâmide social brasileira ao consumo é “equivocadamente associada à ascensão social de classe média” (O mito da grande classe média. Pochman. pág 46).

Em relação ao trabalho, por exemplo, a expansão de emprego no setor de serviço foi de ocupações simples, notadamente em serviços pessoais e domésticos, ocupações de baixa remuneração e incapacidade de se propor a um mercado interno robusto. E pensando em como esse crescimento se refletiu no Estado, este passou a incorporar na sua gestão um número muito maior de beneficiários dos sistemas de saúde e de educação, que refletiu imediatamente na qualidade dos serviços públicos, base da ruptura da classe média com os serviços do Estado.

As consequências políticas são bem visíveis. As mobilizações de rua com caráter reacionário são dirigidas por esse setor, classe média endividada, sem a mesma localização social e econômica, sem uma universidade exclusivamente sua e um mercado de trabalho pronto e esperando a sua conclusão de curso universitário.

Esse processo de desindustrialização brasileiro também está associado ao padrão da organização da produção, onde o fordismo/taylorismo foi substituído pelo toyotismo, que também reorganiza a divisão social do trabalho e muda os parâmetros de exigência de formação técnica e acadêmica (o que cria uma oferta maior do que a demanda de técnicos e trabalhadores com diploma universitário). “Em certo sentido, percebe-se a decomposição da classe média fordista, com a desconstrução dessa identidade diante da crescente desvalorização dos diplomas em meio à massificação dos ensinamentos técnicos e superiores, e à precarização generalizada dos postos de trabalho” (O mito da grande classe média, p. 31).

A desindustrialização brasileira foi acompanhada pelo aumento proporcional de outros setores da economia, principalmente o de serviços. Trata-se, portanto de uma nova configuração da estrutura social brasileira, com o aumento da relevância do setor de serviços e da queda da indústria (sobretudo a de transformação). Com isso, constitui-se outro tipo de classe trabalhadora, outras lutas e outros desafios para a classe operária industrial se constituir de fato como a vanguarda da revolução.

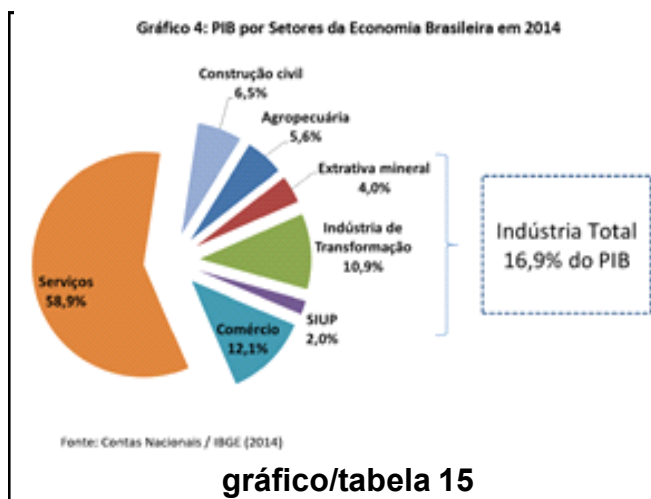
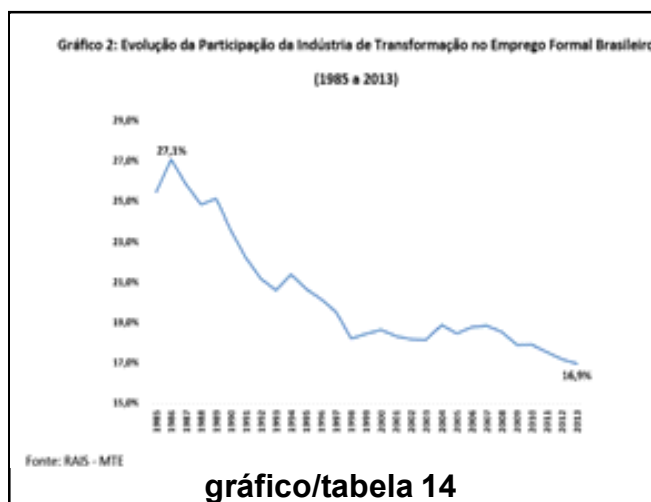
No setor de veículos é que as vendas estão piores ainda. O setor que mais recebeu dinheiro e incentivos do Estado é onde a crise se expressa com mais força. Até o dia 21 de julho, as vendas de automóveis caíram 22,7% em relação ao ano passado. O setor de caminhões teve queda de 46% no mesmo período.

Este setor é a cara da crise capitalista. Os investimentos visando o aumento da produtividade fizeram com que a capacidade instalada atualmente das empresas do setor seja de 5,6 milhões de unidades e, diante de uma previsão de demanda de algo próximo a 3 milhões de unidades, a ociosidade está um pouco acima de 50%, o que quer dizer que as vendas (internas e externas) terão que praticamente dobrar para aproveitar toda a capacidade instalada.

Hoje, são 23 plantas produzindo e serão mais cinco até 2016, o que pode agravar a situação, principalmente por conta do Inovar-Auto, programa que estimula a produção interna com incentivos e limitações à importação de veículos. A produção é a menor em 9 anos e as vendas são as piores desde 2007. Os investimentos, não nos iludamos, são destinados a pesquisas de novas linhas de carros.

Temos neste setor uma típica causa de crises capitalistas: um montante de capital fixo investido (aumento da composição orgânica do capital) sem haver a criação de valor (criado unicamente pelo trabalho). Ou seja, há uma desproporção entre esses investimentos e produção de valor, que se reflete na diminuição das vendas e, conseqüentemente, na não realização da mais-valia, de maneira que a taxa de lucro sobre o capital investido é pressionada para baixo.

E como a capacidade produtiva é, neste momento, muito superior à capacidade de compra, há o fenômeno da superprodução.



Os capitalistas respondem a essa situação com o aumento do desemprego e também com a busca de novas formas de recuperar a taxa de lucro. Mas não é um movimento fácil de se realizar, dadas as contradições que existem no interior do sistema. No caso do ramo de veículos, há limites complicados para se reinvestir na produtividade (mais-valia relativa), pois isso significaria também queda na quantidade de trabalho médio, e esse é o valor da mercadoria. Como recuperar as taxas de lucro?

Precisamos estudar mais a fundo (e melhorar os argumentos aqui), mas podemos indicar que esse setor vai passar por um processo de reestruturação com profundas consequências na economia nacional, principalmente por ser o principal setor produtivo e com forte influência sobre o ramo das autopeças.

**O mercado imobiliário.** Com bilhões de crédito disponíveis; os bancos públicos aumentando a fatia financiável; e o programa “Minha casa, minha vida”, as construtoras se lançaram ao mercado produzindo milhares de unidades. Os governos petistas elaboram várias leis dando mais garantias aos compradores e alterando a utilização do FGTS para os financiamentos de imóveis.

Os financiamentos também subiram. Em São Paulo, saiu de 39 mil unidades financiadas em 2004, para 129 mil financiadas em 2012, com valor financiado de R\$1,4 bi para R\$23,5 bi, respectivamente (BC- abril/2014). A partir de 2007, a média anual de imóveis residenciais bateu as 35 mil unidades. Em 2007, os estoques eram suficientes só para 10 meses de venda. Em 2010, chegou a 9 meses.

No Rio de Janeiro, de 2008 até 2013, houve a valorização de 155% nos imóveis.

Os preços, como era de se esperar, dispararam inclusive atraindo especuladores comprando só para lucrar.

Mas hoje a situação do setor é de crise. Há redução de lançamentos, estoques altos (Em São Paulo 31 mil, Rio de Janeiro 17 mil e BH 4500 unidades), preços em queda, e as vendas despencando 25% no ano de 2014 (O globo).

Em várias cidades, já há sinais de bolha especulativa e inclusive retraindo. Houve lugares como em Itaquera/SP em que os imóveis subiram 150%. Como o aumento da crise econômica não sustenta mais preços especulativos tão distantes do valor real, os efeitos começam a aparecer. Há uma tendência à redução dos preços. Várias construtoras em várias cidades importantes começam a oferecer descontos de até 35-50% sobre o preço dos imóveis. Em Brasília, a queda média foi de 35,5% no preço do m<sup>2</sup>.

Levantamos esses dados aqui porque, no caso de uma bolha, as primeiras vítimas são os trabalhadores, que vão pagar financiamentos com um preço que não é mais de mercado e, em muitos casos, chegar a devolver os imóveis ou até são despejados.

Em relação ao emprego, a pesquisa do PNAD (IBGE) apontou que no primeiro trimestre deste ano 404 mil trabalhadores da construção civil perderam o emprego. Se comparado ao ano anterior, são mais de 600 trabalhadores a mais.

Esse conjunto de dados, ao nosso ver, mostra que não

há como uma política econômica baseada no consumo interno, na exportação de commodities e no investimento interno conseguir se sustentar de forma estrutural, garantindo de forma permanente uma lucratividade e expansão como o capital necessita, em tempos de crise estrutural.

### **AS COMMODITIES: DO APOGEU À CRISE**

Começemos pelo conceito de commodities. Commodities significa mercadorias, produtos in natura (cultivados ou de extração mineral), agropecuários ou com pequeno grau de industrialização, produzidos em grandes quantidades e destinados à comercialização no mercado mundial, através de contratos de compra e venda para entrega futura.

Comercializado nas bolsas e com grande possibilidade de lucro, são utilizadas como meio de investimentos pelos bancos, que formam carteiras para especular, compram os produtos e depois os revendem, auferindo altos lucros. Em período de elevação de preços (como foi entre os anos 2004-2008), as commodities representam grande lucratividade aos especuladores.

Revelando a “crueldade” do capital em sua busca pelo lucro, no caso de produtos agrícolas, vários bancos ao redor do mundo passam a especular com a fome das pessoas. Os preços dos alimentos praticados pelo mercado capitalista oferecem lucros para uns e fome para outros, uma vez que um dos efeitos da especulação praticada pelo agronegócio é o aumento dos preços dos alimentos no mercado mundial.

Fala-se também em commodities financeiras, que são as moedas negociáveis no mercado e os títulos públicos. As mais recentes são as ambientais, representadas pelos créditos de carbono.

No Brasil, as commodities são negociadas na BM&F (Bolsa Mercantil do Futuro), e compreendem, dentre outros, o café, petróleo, ouro, soja, milho, trigo e minério de ferro.

### **A INTEGRAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL**

O Brasil (e também outros países da América Latina) está plenamente integrado ao mercado mundial. Para nós, no entanto, esta integração se dá de forma dependente. É importante frisar essa questão porque há uma luta ideológica importante travada com os papagaios da burguesia, de que o subdesenvolvimento do Brasil, com uma boa gestão do Estado e da economia, pode ser superado – como um caminho que, se bem percorrido, poderia se avançar e construir uma nação desenvolvida e rica. Nada mais falso.

No processo de formação dos países imperialistas, a existência de outros países, com extensas áreas para a produção de agropecuária, foi decisiva para que aqueles pudessem se “especializar” na industrialização, base fundamental da criação de riqueza. Marini afirma que, sem esse elemento, o processo de industrialização dos países imperialistas estaria comprometido.

Outro elemento introdutório importante – ainda mais porque lidamos com setores mais industrializados e com composição orgânica do capital elevada –, é que a relação de dependência não exclui a possibilidade de haver industrialização nesses países, e ela ocorre sem colocar em xeque a divisão do trabalho estabelecida e a própria subordinação e dependência. Vemos isso na própria história brasileira, com a industrialização da primeira metade do século XX, quando os investimentos externos direcionados para a industrialização visavam principalmente criar um mercado para a indústria pesada dos países centrais.

Feitas essas observações iniciais, vamos, nesta parte do Documento, buscar entender o peso das commodities na economia nacional (produção, exportação, etc.) e sua condição estrutural para o capital, que busca se valorizar no país. Os problemas encontrados no mercado mundial (queda de preço, desvalorização de moedas como o euro e o iene em relação ao dólar, aumento da produção em outros países) e a consequências, por serem estruturais, na economia e na política nacional, colocam para a burguesia a necessidade de tomar medidas e adotar ajustes para se readaptar ao novo cenário econômico.

É em seguida, com mais detalhe – porque nos interessa compreender o avanço das pautas conservadoras no país – vamos buscar entender o peso do agronegócio. Entender esses processos é fundamental para a nossa intervenção política.

### EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Como parte da divisão internacional do trabalho, ao Brasil cabe a exportação de produtos primários, de baixa tecnologia. Se isso historicamente é uma “condição” da teoria da dependência, nos últimos anos isso tem ficado mais evidente.

Nos últimos 15 anos, a pauta de exportação brasileira se concentrou em dez produtos, que podem variar em importância e peso de cada um deles por período, mas em que não há modificações substanciais. Soja em grão, farelo de soja e minério de ferro estão em todas as listas, e a participação desses produtos na exportação saltou de 35,8% entre os anos de 2000-2002 para 49,3% em 2014 (FUNCEX na mídia – FGV). Essa concentração faz com que qualquer movimento abale a estrutura da economia nacional (**gráfico/tabela 16**).

É interessante também demonstrar a dependência que vai se firmando em torno de produtos da lista de commodities. Entre 2002-2004, dentre os 10 produtos mais exportados haviam 4 produtos manufaturados (autos, aviões, aparelhos transmissores/receptores e calçados) e mais 2 semimanufaturados (celulose e açúcar bruto). Entre 2012-2014, não havia nenhum manufaturado, restando os dois semimanufaturados. De acordo com a tabela (desenvolvimento.gov.br) dos principais produtos exportados, só o 12º item é manufaturado, com participação de menos de 2% no total das exportações.

A **gráfico/tabela 17** de importações é mais uma demonstração dessa relação do Brasil com o mercado mundial, pois a maioria dos principais produtos importados são manufaturados e de maior valor agregado, fechando assim o ciclo de exportação de produtos primários/agrícolas/baixo valor agregados e importação de produtos industrializados.

Como, no mercado mundial, os preços das commodities são mais instáveis do que os dos produtos industrializados, na compensação para as perdas dos termos de troca, há a necessidade de aumentar o volume exportado (consequentemente a produção), assim como de reduzir os custos (isso já considerando a queda dos preços no caso das commodities). Ambas as formas significam mais exploração sobre a força de trabalho, única maneira de o capital ganhar competitividade no mercado mundial.

### O AGRONEGÓCIO: DE ONDE VEM A FORÇA POLÍTICA E SEU CONSERVADORISMO

O peso político de determinada fração da burguesia no Estado nacional é determinado pela sua participação no que é produzido da riqueza nacional. Mais produção, mais peso político – e vice-versa.

Até os anos 30 do século XX, a oligarquia agrária detinha o poder político no país. A partir da reestruturação do Estado brasileiro, após a revolução de 30, houve a transferência do poder político para outras frações do capital, ainda que a produção agrária continue sendo importante para a exportação (e cumprindo papel de destaque na balança comercial), agora “se caracteriza pela subordinação econômica e política” à indústria.

O crescimento da bancada ligada ao agronegócio no Congresso Nacional, se para muitos é um espanto, para nós tem uma explicação política. Essa explicação está no que produz e no papel que o Brasil cumpre na divisão internacional do trabalho, que é a exportação de bens primários e de commodities.

Vamos ver mais à frente o peso desse setor na economia, notadamente em relação à Balança Comercial e em sua responsabilidade por “captar” recursos no exterior para financiar as reservas internacionais e a política de crédito. Assim, o seu peso político é a expressão do seu

Principais Produtos Exportados Principales Productos Exportados / Main Products Exported US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Million - 2014			
	Valor Value	Δ % 2014/13	Part % % Share
1 – Complexo soja / Soja y derivados / Soybeans & prod	31.408	1,4	14,0
2 – Minérios / Minérios / Ores	28.402	-19,0	12,6
3 – Petróleo e combustíveis / Petróleo y combustibles / Oil and fuel	25.175	12,4	11,2
4 – Material de transporte / Transport material	20.374	-35,5	9,1
5 – Carnes / Meats	16.891	3,8	7,5
6 – Químicos / Chemicals	15.051	2,8	6,7
7 – Produtos metalúrgicos / Productos metalúrgicos / Metallurgical products	14.423	8,8	6,4
8 – Açúcar e etanol / Azúcar y etanol / Sugar & ethanol	10.357	-24,5	4,6
9 – Máqs. e equipamentos / Máqs. y aparatos / Machines & equipments	8.671	-3,4	3,9
10 – Papel e celulose / Papel y celulosa / Paper & pulp	7.218	0,9	3,2
11 – Café / Coffee	6.616	26,1	2,9
12 – Calçados e couro / Calzado y cuero / Footwear & leather	4.287	10,8	1,9
13 – Equipamentos elétricos / Aparatos eléctricos / Electrical equipment	3.965	-7,5	1,8
14 – Metais e Pedras Preciosas / Metales preciosos y piedras / Precious metals and stones	2.817	-12,1	1,3
15 – Têxteis / Textiles	2.536	7,1	1,1

**gráfico/tabela**

<b>Principais Produtos Importados</b> Principales Productos Importados / Main Products Imported US\$ Milhões / US\$ Millones / US\$ Million – 2014			
	Valor Value	Δ % 2014/13	Part % % Share
1 – Combustíveis e Lubrificantes / Combustibles y Lubricantes / Fuel and Oil	45.040	-1,7	19,7
2 – Equip. Mecânicos / Aparatos Mecánicos / Mechanical Equipment	31.874	-10,9	13,9
3 – Equip. Elétricos e Eletrônicos / Aparatos Eléctricos y Electrónicos/Electrical and Electronic Equipment	27.013	-4,5	11,8
4 – Automóveis e partes / Vehículos y partes / Motor Vehicles and parts	19.470	-13,2	8,5
5 – Químicos Orgânicos e Inorgânicos / Químicos Orgánicos e Inorgánicos / Organic and Inorganic Chemicals	12.834	-0,4	5,6
6 – Plásticos e Obras / Plásticos y Obras / Plastics and its Products	8.849	0,0	3,9
7 – Fertilizantes / Fertilizantes / Fertilizers	8.443	-5,0	3,7
8 – Ferro, Aço e Obras / Hierro, Acero y Obras / Iron, Steel and its Products	7.468	-6,0	3,3
9 – Farmacêuticos / Farmacéuticos / Pharmaceuticals	7.427	0,1	3,2
10 – Instr. Ótica e Precisão / Aparatos de Óptica y Precisión / Optical and Precision Equipment	6.761	-5,3	3,0
11 – Borracha e obras / Goma y obras / Rubber and its products	4.091	-13,9	1,8
12 – Cereais e produtos de moagem / Cereales y productos de molinería / Cereals and milling products	3.183	2,4	1,4
13 – Aeronaves e Peças / Aviones y partes / Airplanes and its parts	2.571	-10,4	1,1
14 – Filamentos e fibras Sintét. e Artif. / Filamentos y Fibras sintéticas y Artificiales / Synthetic and Artificial Fibers and Yarns	2.503	-0,3	1,1
15 – Cobre e suas obras / Cobre y obras / Copper and its products	1.986	-15,2	0,9

**gráfico/tabela 17**

peso econômico. E a sua consciência “conservadora” é também resultado dessas relações de dependência que mantém com setores do imperialismo.

### **A PRODUÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UM BREVE APANHADO HISTÓRICO**

A produção agrária brasileira: um breve apanhado histórico

A atual produção agrícola brasileira só pode ser compreendida tendo em conta as transformações que ocorreram, sobretudo, a partir da década de 70, com o incremento da indústria ligada às atividades do campo que buscou aumentar a produtividade em áreas de grande aceitação no mercado internacional.

A industrialização (ou a “modernização”) levou ao aumento da produção de maquinários (arados, colheitadeiras) e insumos agrícolas (fertilizantes, adubos, etc.), apostando no aumento da produtividade e na superexploração do trabalho a fim de conseguir a competitividade necessária. Como se trata de uma das formas privilegiadas com que o capital alocado no país pode se colocar no mercado mundial, o Estado sempre foi um grande financiador desse setor. Os programas de financiamento, a política de crédito, a taxa cambial, vantagens para a indústria agrícola, são algumas das formas que o Estado brasileiro vem desenvolvendo nesse sentido.

É evidente que esse processo não foi para todos: foram os grandes proprietários e “novos latifundiários” que se beneficiaram com a produção de mercadorias de grande aceitação no mercado mundial. Esse instrumento, utilizado para o país se incorporar na nova divisão internacional do trabalho, que se inaugurava na condição de exportador de matérias-primas, enquadrava vários produtos do campo nesse rol. É o que alguns chamam de “modernização desigual”, pois atingiu as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. O campo no Nordeste, por ser majoritariamente composto pela agricultura familiar, foi sumariamente excluído.

É importante destacar que se trata de um projeto econômico do capital para o país e, por isso, ocorreu como parte de outra transformação ocorrida nas metrópoles brasileiras, que foi o aprofundamento da industrialização.

A produção agrícola está inserida nesse processo como aquela que vai receber os insumos (pesticidas, etc.) ou como receptora de maquinários como tratores, etc. De outro lado, o êxodo rural forneceu grande quantidade de força de trabalho disponível que foi utilizada nas indústrias.

Esse grande contingente permitiu a continuidade da forma de produção burguesa no país que, segundo Marini, se caracterizou pela “intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. Nessas décadas, foram deslocados cerca de 30 milhões de pessoas do campo para as cidades. Aqueles que permaneceram, ficaram expostos ao assalariamento, por conta da industrialização que avançava no campo brasileiro. Uma imensa força de trabalho à disposição da burguesia das metrópoles foi fundamental para jogar o custo do trabalho para níveis mínimos.

Outra contribuição do campo foi que uma parte da agricultura, a familiar, tem a sua produção destinada a alimentar essa força de trabalho. Como é uma produção agrária com baixo custo, contribuiu para o tempo de trabalho socialmente necessário de recomposição física dos trabalhadores urbanos ser a mínima.

A industrialização no campo também apresenta elementos de extrema destrutividade. O uso de agrotóxicos contaminou parte importante dos recursos hídricos no país; levou, também, ao descontrole (maior resistência aos produtos químicos) de pragas e à utilização de técnicas de alteração genética que têm contribuído para a evolução de insetos e plantas resistentes a esses produtos, gerando o aumento das vendas de inseticidas e herbicidas (em forma de pesticidas sintéticos), danosos à saúde humana e ao meio ambiente.

Por fim, o debate sobre o campo vai nos levar à questão do proletariado rural e, conseqüentemente, ao próprio programa revolucionário. Já adiantamos que não há condição de avançar nessa necessária questão, mas apenas apresentamos alguns elementos fundamentais.

Octavio Ianni, nos parece que com razão, caracteriza a formação do proletariado rural – aqui exposta de forma sucinta – como aquele processo em que os camponeses no Brasil se separaram dos meios de produção e se colocam no mercado como trabalhadores livres, como vendedores da força de trabalho. É o assalariamento nas relações de trabalho no campo, que acontece no momento em que fazendas se transformam em grandes empresas, produzindo para o mercado e com uma força de trabalho remunerada pelo salário. No levantamento de dados da produção do agronegócio, retomaremos essa questão.

**SEMENTE, AGROTÓXICOS, PESTICIDAS:  
CONCENTRAÇÃO, DOMÍNIO DE MULTINACIONAIS E  
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL AOS PAÍSES  
INDUSTRIALIZADOS**

Atualmente, as seis maiores empresas – “Gene Giants”: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA) – controlam 59,8% do mercado mundial de sementes comerciais e 76,1% do mercado de agroquímicos, além de serem responsáveis por 76% de todo o investimento privado no setor (fonte: Grupo ambientalista chamado ETC). A tendência é seguir nessa direção: recentemente a Monsanto (que tem foco na produção de sementes transgênicas que são uma espécie de agrotóxico) fez oferta para compra da Syngenta, o que resultaria na maior fornecedora mundial de sementes transgênicas e agrotóxicos, controlando 30% do mercado mundial de venenos – US\$ 57 bilhões de receitas em 2014 – e 45% do setor de sementes transgênicas.

No ramo de fertilizantes, ocorre o mesmo processo de concentração da atividade econômica. Dez empresas controlam 41% do mercado mundial, faturando 65 bilhões de dólares: Yara, Agrium, Mosaic, PotashCorp, CF Industries, Sinofert Holdings, K + S Group, Israel Chemicals, Uralkali e Bunge.

No Brasil, há uma combinação de interesses da burguesia agrária e das multinacionais que controlam o mercado brasileiro. A burguesia agrária optou – para não enfrentar as burguesias dos países para onde se destinam seus produtos – por não desenvolver uma indústria independente no setor de tecnologia.

Esses interesses comuns permitem que as empresas multinacionais tenham um mercado cativo e lucrativo nesse setor da produção do agronegócio. É o que explica o volume e o valor das importações que o país realiza. Para além da importação, a produção interna é bem considerável, mas também ocorre sob domínio dessas empresas multinacionais.

Revelando a concentração que existe no setor, essas multinacionais também exercem o controle de toda cadeia produtiva (desde as sementes até as exportações), inclusive com intervenção no mercado para destinar a produção agrícola nacional dos produtos que lhes sejam mais vantajosos, e com forte impacto na diversidade produtiva na agricultura brasileira. A tendência é que a concentração avance, com fusões e compra de empresas de menor porte.

É nesse “ramo industrial que atua o agronegócio” (os demais veremos em outros tópicos), e impera uma das formas que o capital utiliza para transferir capital acumulado no Brasil para os países industrializados: “perda nos termos de troca” (importar mais do que exportar). Os dados publicizados são preciosos para confirmar essa característica da economia brasileira, e revelam mais uma vez o seu caráter dependente. Cerca de 25% das vendas mundiais são originadas de empresas sediadas na Alemanha, 24% nos Estados Unidos e 19% na Suíça. As empresas de fabricantes de agrotóxicos aqui instaladas importaram 422 mil toneladas de venenos em 2014 (US\$ 7,1 bilhões), e exportaram 38 mil toneladas, faturando US\$ 400 milhões. O déficit comercial nesses negócios é de US\$ 6,7 bilhões, ainda maior do que em 2013. Frise-se que muitos desses

produtos importados e utilizados no Brasil são proibidos nos países de origem, devido aos danos causados à saúde humana.

Como era de se esperar, e pelas particularidades da economia brasileira, a concentração e o controle do mercado por poucas empresas no território nacional também é bem evidente. O nível de concentração de capital no setor também é muito alto no país, uma vez que dez das maiores empresas que atuam no Brasil controlam 75% das vendas e são responsáveis por 65% da produção nacional.

O quadro das “200 maiores e melhores da revista Exame”, retirado do site da Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, mostra muito bem como o setor químico no Brasil é controlado pelo capital externo, constituindo um oligopólio (gráfico/tabela 18).

O setor agroindustrial é marcado pela concentração e dominado por empresas multinacionais. As vendas internas de tratores são dominadas por 6 empresas, das quais 4 controlam 90% do mercado. Colheitadeiras são 5 empresas e 3 delas dominam, controlando 90% do mercado. Essa oligopolização vem ganhando força a partir dos anos 90, com um intenso processo de fusão e compra de empresas menores por empresas de maior porte e capital internacional.

Praticamente todo o maquinário utilizado no campo é produzido no Brasil, mas, como já dissemos, fabricado por empresas multinacionais. A partir das vantagens e incentivos fiscais que o Estado brasileiro destinou à industrialização, constituiu-se um parque industrial no Brasil para a produção de maquinário destinado à agricultura. A importação de máquinas em 2014 foi de 1,84 bilhões de dólares, bem pequeno em relação à produção interna.

No que toca à parte do maquinário para a agricultura, a industrialização data basicamente dos anos 60 do século passado, quando até então a indústria que atuava para a produção agrícola se restringia aos arados que eram produzidos de forma artesanal.

Anteriormente, as poucas máquinas agrícolas utilizadas no campo eram importadas e, mesmo assim, utilizadas nas áreas planas por conta da baixa potência delas. É só nos anos 50/60 que há uma política mais agressiva para se produzir internamente o maquinário, inclusive com incentivo estatal, impondo limitações legais a importações de mercadorias já produzidas internamente (uma garantia da reserva de mercado para as empresas que começavam a se instalar no país).

A instalação dessas empresas foi parte do plano de metas do governo JK. Essas medidas políticas e econômicas adotadas serviam para a industrialização que produzia mercadorias que seriam realizadas nos centros urbanos, assim como para as máquinas voltadas para a produção no campo brasileiro, o que pode ser ilustrado pelo “plano nacional da indústria de tratores agrícolas”, do governo JK.

Essa política realmente deu um impulso ao setor, principalmente a partir dos anos 70. A produção de tratores salta de 14 mil em 1970 para mais de 54 mil em 1979. Em

1976, inicia-se a produção das colheitadeiras, que vai permitir saltos significativos na produtividade.

A atual produção, segundo dados de 2014 da ANAFAVEA, é: tratores, 147 mil; colheitadeiras, 7,6 mil; cultivadores, 1,6 mil; retroscavadeiras: 5,6 mil.

## O AGRONEGÓCIO

De acordo com o Dicionário da Educação do Campo (Expressão Popular), o termo “agronegócio” foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. Isso deve nos levar a uma abordagem que leve em conta os vários atores que atuam no processo de produção de bens agrícolas:

*“Neste sentido, o termo agronegócio se apresenta, atualmente, como o conjunto de atividades que se desenvolvem antes, durante e após a produção agropecuária, sendo estas atividades também associadas ao beneficiamento destes produtos, o que revela seu caráter mais complexo quanto à articulação de atores e instituições que o envolve e, de certa forma, lhe confere maior visibilidade e representatividade”.* (Diógenes Luiz da Silva. Do latifúndio ao agronegócio).

Ou seja, pode ser chamado de negócios do agro desde as atividades de pesquisas até a comercialização de alimentos, fibras e energia.

A crescente demanda por commodities pelo mundo possibilitou atrair para essa atividade somas significativas de capital que buscavam novos espaços para a sua valorização, fundindo-se com o capital agrário a ponto de desenvolver um ramo poderoso política e economicamente.

O campo passou, dessa maneira, por transformações profundas, incorporando outras frações do capital, dado que um elemento central do agronegócio é a relação estreita do capital agrário com outras esferas do capital. O capital encontra, então, uma eficaz forma de acumulação no Brasil.

A atual forma da propriedade agrária no Brasil é determinada por esse tipo de produção. Trata-se, na definição do MST, do complexo agropecuário-comercial-bancário-industrial: de uma nova forma de dominação de classe no campo, pois esse setor tem substituído aquele modelo dominado por famílias ou pessoas, como era a organização política até recentemente.

Esse processo foi iniciado pelos governos FHC e foi mantido intacto pelos governos do PT. As sucessivas renegociações das dívidas em condições muito vantajosas e a prioridade da política econômica do superávit primário são alguns dos elementos da continuidade da política econômica dos governos petistas em relação à era FHC. Não se trata de uma política de um governo, mas do suporte do Estado brasileiro de conjunto.

O Estado, como impulsionador dos negócios capitalistas, atuou fortemente nesse processo, seja como financiador (a maior parte dos créditos são destinados ao agronegócio), como legislador (com a reforma do Código

2010		2011		2012		2013	
Empresa	Controle	Empresa	Controle	Empresa	Controle	Empresa	Controle
Basf	Alemão	Basf	Alemão	Basf	Alemão	Basf	Alemão
Bayer	Alemão	Bunge	Holandês	Bayer	Alemão	Bayer	Alemão
Pfizer	Americano	Bayer	Alemão	Syngenta	Suíço	Syngenta	Suíço
DuPont	Americano	Pfizer	Americano	Bunge	Holandês	Yara Brasil	Norueguês
Syngenta	Suíço	Syngenta	Suíço	Pfizer	Americano	DuPont	Americano
Bunge	Holandês	DuPont	Americano	DuPont	Americano	Monsanto	Americano
Novartis	Suíço	Mosaic	Americano	Yara Brasil	Norueguês	Mosaic	Americano
Sanofi-Aventis	Francês	Hydro Alunorte	Norueguês	Mosaic	Americano	Pfizer	Americano
Roche	Suíço	Yara Brasil	Norueguês	Hydro Alunorte	Norueguês	Hydro Alunorte	Norueguês
Dow	Americano	Dow	Americano	White Martins	Americano		
Mosaic	Americano	White Martins	Americano	Sanofi-Aventis	Francês		
Hydro Alunorte	Norueguês			Dow	Americano		
White Martins	Americano						
Medley	Francês						
Akzo Nobel	Holandês						

gráfico/tabela 18

Florestal, por exemplo) e também como repressor dos movimentos sociais, que resistiam à expansão desse tipo de produção e propriedade no campo brasileiro.

A escolha não é aleatória. A grande quantidade de capital proveniente da associação entre os latifundiários, o capital financeiro e o industrial, que se deslocaram para esse ramo, permitiu o desenvolvimento das pesquisas, de novas técnicas, novos maquinários, novas formas de propriedade e a expansão da fronteira agrícola – todas são transformações fundamentais para aumentar a produtividade e melhor disputar o mercado mundial de commodities.

Isso significa que a composição orgânica (relação entre capital constante e capital total) é alta nesse ramo, o que ocasiona a necessidade de se elevar a extração de mais-valia. Essa situação também serve para atrair outros capitais para esse ramo, levando tendencialmente à queda da taxa de lucro dos capitais investidos. Importante ressaltar que esse movimento ocorre nas fronteiras nacionais e para as de nível global desse mesmo ramo.

E, pelas circunstâncias da economia global, temos visto uma queda nos preços dos produtos de commodities e conseqüentemente na taxa de lucro. Vamos tratar mais à frente, mas a hipótese com a qual trabalhamos é que os limites que o capital encontra – portanto, dos capitalistas que atuam nesse ramo no Brasil – estão por trás da crescente oposição que esses setores fazem à Dilma e ao governo do PT.

Outra tendência é que o processo de concentração (fusão, aquisição etc.) tende a se aprofundar, dado que esse tem sido um dos principais recursos do capital para se contrapor à queda da taxa de lucro.

São dez as empresas que controlam o setor: Monsanto, Bunge, Cargil, ADM, Basf, Bayer, Syngenta, Novartis, Nestlé e Danone. Elas “controlam praticamente toda a produção agrícola, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e o comércio agrícola de exportação” (Stédile).

## PRODUTIVIDADE NO CAMPO: MÁQUINAS, DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ETC

Iniciamos pela observação do gráfico/tabela 19, demonstrando a abrangência da área plantada e logo a seguir (gráfico/tabela 20) como a produtividade tem se

desenvolvido.

Para uma economia que tem produção agrícola voltada para a exportação, o aumento da produtividade e, consequentemente, da redução dos valores dos produtos a serem exportados são questões fundamentais. A esse aumento da produtividade, agrega-se o valor da força de trabalho, que se caracteriza por uma superexploração.

Para alcançar essa produtividade, a partir dos anos 80, foram introduzidos vários tipos de tecnologias (maquinário, biotecnologia, etc.), que vão, em seu conjunto, permitindo a redução da força de trabalho no campo. Essa tecnologia vai desde a complexificação técnica das máquinas (como sensores, controles automáticos, GPS, equipamentos direcionados a determinadas geografias, etc.) até sistemas de monitoramento via satélite que incluem desde o controle da produção (clima, etc.), modificações genéticas, até a gestão dos escassos recursos hídricos.

A crescente substituição do trabalho humano pela máquina no campo se expressa, por exemplo, na quantidade de tratores em atividade. Em 1970, eram 130 mil. Em 2013, já passavam de 1,2 milhão.

Os resultados são visíveis. Estima-se que a produção na safra 2014/2015 deve ficar próxima de 204 milhões de toneladas de grãos, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – um aumento de quase 6% em relação à safra de 2013/2014. Em relação à área a ser colhida, o aumento foi de 2% relativo à colhida em 2014, que foi de 56,4 milhões de hectares.

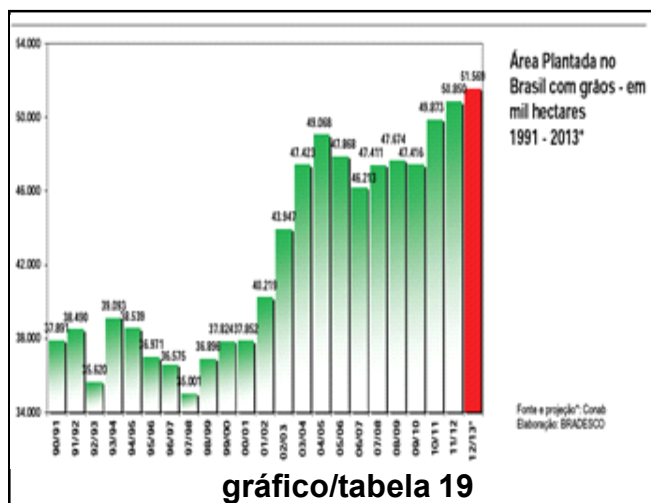
Considerando que em 90/91 a safra foi de 57,6 milhões de toneladas, em 25 anos a produção de grãos praticamente foi multiplicada por 4. Ao passo que o crescimento da área plantada foi muito menor, demonstrando o aumento da produtividade, verificável pela observação do **gráfico/tabela 21**, que nos permite entender que a relação entre produção de grãos e área utilizada é como se fosse uma tesoura abrindo.

Esses dados servem para demonstrar que a produção no campo vem em uma crescente produtividade, resultado da combinação de utilização de novas áreas, mecanização e biotecnologia. Pelos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), desde o início dos anos 90, a produtividade (média nacional) saltou de 1500 kg para 3500 kg por hectare em 2015, ou seja, mais do que o dobro num intervalo de 25 anos. Ao estendermos esse período para 1975-2010 esse índice chega a 3,7% ao ano, mais do que o dobro do crescimento da produtividade nos Estados Unidos (IPEA).

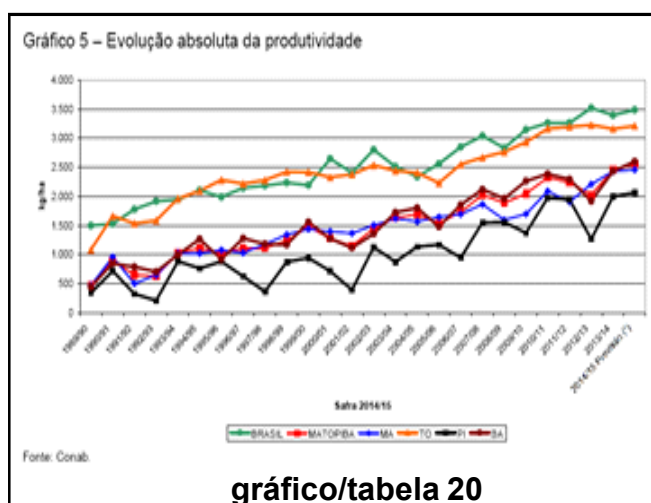
Toda essa produtividade, ao estar direcionada ao lucro, socialmente traz danosas consequências, dado que a produção de alimentos vai sendo substituída pela produção de commodities; assim como a destruição ambiental é outro desastre disseminado por essa modalidade de produção.

## O TRABALHO NO CAMPO

Os dados sobre o trabalho no campo são bem mais escassos do que os relativos à produção, produtividade, etc. É como se toda a produção no campo fosse algum tipo de milagre. No relatório da Conab para a safra de



gráfico/tabela 19



gráfico/tabela 20

2014/2015, em suas 95 páginas, não aparece uma vez a palavra força de trabalho. Então, aqui o esforço vai ser um pouco maior. A principal fonte é de um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em outubro de 2014.

A partir dos anos 70, a população brasileira passa a ser majoritariamente urbana (a seguir essa tendência, nos anos 2050 a população urbana será de 92%). Já nos dados sobre a ocupação rural, entre os anos 1960-1985, há uma tendência inversa, pois a população ocupada passa de 15,6 milhões para 25,4 milhões. A partir de então, há uma contínua redução dos ocupados no campo que, em alguns momentos é mais acentuada e em outros não. Mas é uma redução permanente.

Segundo o estudo do DIEESE, a redução do trabalho na zona rural ocorre em todas as ocupações (assalariados, empregadores, não remunerados e por conta própria). São várias as explicações. Aqui, nos detemos nos assalariados e nos empregadores, porque refletem transformações mais estruturais no campo. Os assalariados (com e sem carteira assinada), em 2004, eram 4,9 milhões e, em 2013, eram 4 milhões.

A redução dos empregadores é ainda mais acentuada, pois no mesmo período reduziu de 559 mil para 267 mil empregadores. Essa redução está associada ao avanço dos grandes empreendimentos do agronegócio, que fez aumentar a concentração fundiária e a capitalização, que dificultam a





gráfico/tabela 21

sobrevivência do pequeno empregador. Um dado que pode estar relacionado a isso é o aumento da agricultura familiar de subsistência, como resultado da migração de pequeno produtor para esse tipo de produção.

As condições das ocupações são bem precarizadas. De uma população de 30,6 milhões, 13,9 estão com algum tipo de ocupação, quase metade dessa população. Destes, apenas pouco mais de 4 milhões são assalariados, e destes, um pouco mais de 1,6 milhão têm carteira assinada. Os demais (60%; em 2004 era 68%) estão na informalidade ou na ilegalidade. Taxa bem superior à urbana, que chega a 50%, segundo os dados do PME/IBGE de agosto de 2014.

Um olhar desatento nos dados pode levar a crer que houve diminuição da informalidade no trabalho assalariado rural. Mas, na verdade essa diminuição está mais ligada à redução de postos de trabalho que chegou a 800 mil no período de 2004 a 2013. Somente no setor de cana-de-açúcar foram eliminados 100 postos de trabalho, decorrentes do emprego da mecanização.

É o conjunto dessas mudanças que a estrutura econômica (relações de produção) do país passa nas últimas décadas que explica o aumento da produtividade. Trabalho precário, informal, e com pouca remuneração permitem que as empresas produzam em condições favoráveis para a disputa no mercado internacional.

### O ASSALARIAMENTO NO CAMPO: UMA VEZ MAIS A SUPEREXPLORAÇÃO

Uma demonstração da superexploração é que 30,5% daqueles que trabalham na informalidade têm rendimento de zero a meio salário mínimo. E 72,3% dos trabalhadores têm rendimento médio mensal de até 1 salário-mínimo. Outros 25% dos trabalhadores informais ganham entre 1 e 1,5 salários-mínimos.

Já entre os trabalhadores com carteira assinada, 61,5% recebem até 1,5 salários mínimos mensais. 18,6% de 1,5 a 2 salários-mínimos. 14% de 2 a 3 salários-mínimos. Acima de 3 salários-mínimos somente 5,5% dos trabalhadores formalizados. O salário médio mensal dos trabalhadores formalizados era de R\$ 1.120,79, e os da informalidade era de apenas R\$ 579,20 (51,7% do salário médio dos formais).

Essas condições pioram quando temos como base a

renda per capita nos domicílios. O rendimento médio per capita era, em 2013, de R\$ 550,00. Se o trabalhador é o da informalidade, esse rendimento cai para R\$ 470,00.

Expressando as condições históricas do Brasil, tem-se maior presença de negros e de mulheres nos trabalhos com menor remuneração e mais degradados. As mulheres são maioria exatamente nas atividades da produção para o próprio consumo (54,4%) e do trabalho não remunerado (56,9%). Mais de 80% das mulheres com trabalho remunerado recebem até 1 salário mínimo.

Já os negros (“pretos e pardos”) representam 68,7% dos trabalhadores rurais.

A precarização é bem evidente: entre os trabalhadores informais, 47% são empregos temporários. Quando se trata de emprego formalizado, 9,5% estão na condição de temporários. Destaca-se, ainda, a terceirização com os famosos “gatos”, intermediadores de mão de obra e expressão de superexploração e de condições degradantes de trabalho.

A comparação com a renda e salários de trabalhadores urbanos revela que essa exploração é a base fundamental da acumulação de capital na produção agrícola no Brasil. Essa é a marca do padrão de acumulação adotado no Brasil. Diante das dificuldades no mercado mundial, a tendência é que essa exploração seja aprofundada, com o incremento de formas de extração da mais-valia relativa e absoluta, essa combinação de forma de exploração é o que os dados acima confirmam.

Como nos ensina Ruy Marini, historicamente, um traço fundamental da relação do capital com o trabalho no Brasil é a superexploração, como forma de compensar a inserção de forma subordinada no mercado mundial.

### O AGRONEGÓCIO NÃO PRODUZ ALIMENTOS

Uma característica importante da produção agrícola no Brasil é a concentração em poucos produtos e com boa parte voltada para a exportação – um elemento estrutural e histórico. A produção de poucos produtos (soja, milho e arroz representam 93% dos grãos produzidos no país) tem consequências sociais e ambientais importantes (gráfico/tabela 22)

A prioridade do agronegócio é buscar o melhor espaço para a realização da mais-valia, e este tem sido o mercado externo, muito mais lucrativo do que a satisfação das necessidades dos trabalhadores brasileiros. A soja, por exemplo, tem parte significativa destinada à exportação para a China que, por sua vez, utiliza 80% do total importado em ração para bovinos e peixes.

Já o milho, que representa 40% da produção de grãos do país (e que neste ano enfrenta como concorrente o recorde na produção estadunidense), não ocupa papel de destaque na pauta das exportações, mas mesmo assim, também não chega à mesa, pois o destino de 70% da produção é a ração de aves e suínos (agronegócio em análise – Bradesco). Uma contradição, já que ainda temos milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Em relação a outros produtos produzidos pelo

agronegócio, a lógica é a mesma. A carne também está bem distante da mesa dos trabalhadores e, quando chega, o preço está determinado pelo mercado mundial.

Na lógica do capital, é compreensível que seja assim. A exportação é um ótimo negócio para as empresas do ramo. Pelos dados do Ministério da Agricultura, em 2014, o saldo foi positivo em mais de 80 bilhões de dólares, um pouco inferior a 2013, mas acima da média dos últimos anos. Ritmo oposto ao total geral das exportações do Brasil, que vem em queda (no ano passado foi negativo em quase 4 bilhões de dólares).

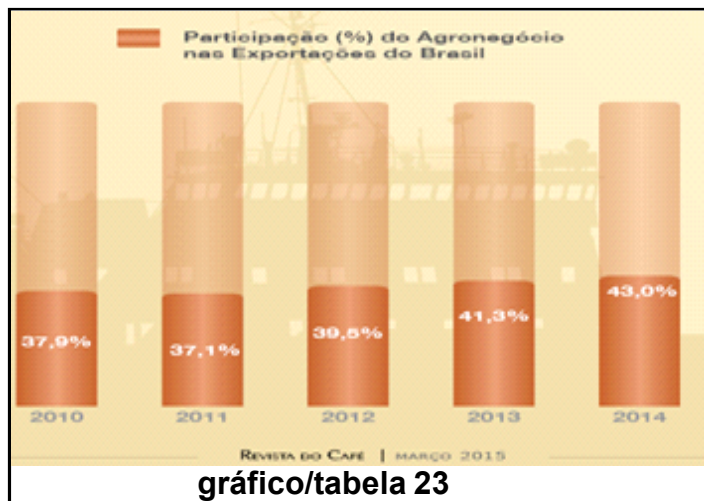
Essa dinâmica de exportação faz parte da lógica do agronegócio. No ano de 2014, cinco produtos (complexo de soja com grãos, farelo, carnes, produtos florestais e café) representaram 78,4% de todas as exportações do agronegócio. Esses são os produtos voltados para a exportação.

A participação do agronegócio no total das exportações brasileiras alcançou 46,5% no mês de junho de 2015, seguindo, assim, a tendência geral de dependência das commodities (em especial as do agronegócio) para haver minimamente um equilíbrio nas contas externas. O **gráfico/tabela 23** demonstra que isso é uma tendência há alguns anos.

Na comparação com o PIB nacional (de todos os setores da economia brasileira), o agronegócio também ocupa posição privilegiada: estima-se que o PIB desse setor está na casa dos 1,22 trilhão de reais. Já o PIB nacional, em 2014, foi de aproximadamente R\$5,5 trilhões. Como as previsões são de queda, a tendência é que essa relação seja um pouco maior e, conseqüentemente, aumente a dependência da economia nacional com esse setor, significando um aumento de sua força política.

Compreender esses dados é muito importante, porque nos permite conclusões políticas fundamentais para a luta contra o capitalismo no Brasil. Enfrentar o agronegócio é lutar para garantir que conquistas sociais mínimas possam se realizar. O modelo de produção do agronegócio no campo, além de destrutivo, impede que a população tenha acesso a alimentos básicos e historicamente incorporados ao regime alimentar nacional.

A monocultura é um dos processos mais danosos à biodiversidade, resultando no aumento de pragas, mas principalmente colocando em risco a segurança alimentar, já que sua produção é voltada para o mercado, estimulando



produções que nem se destinam à alimentação.

Como contraposição a essa produção, há a agricultura familiar, responsável por 75% dos alimentos que vai para mesa do brasileiro, segundo dados do censo agropecuário de 2006. Aproximadamente cinco milhões de famílias vivem da agricultura familiar, produzindo a maioria dos alimentos da ração dos brasileiros: 83% da produção de mandioca, 70% do feijão e 58% do leite consumidos são oriundos desse tipo de produção.

### A INQUIETAÇÃO POLÍTICA DESSE SETOR TEM UMA EXPLICAÇÃO: OS PREÇOS DOS PRODUTOS TEM CAÍDO DESDE O ANO DE 2011

Os preços das commodities têm caído no mercado internacional, afetando uma receita que foi fundamental para sustentar a expansão de crédito no período anterior. Aqui vamos tratar de produtos agrícolas que estão na pauta de exportação.

A soja teve redução de 26% nos preços em relação ao mesmo período do ano passado; o café reduziu 16%; a carne bovina está 10% abaixo do que o ano passado e a carne de frango 16%. Alguns apresentam variações, mas todos seguem uma tendência geral desde o ano de 2011/2012.

Essa tendência não possui apenas uma causa. Podemos apontar, dentre elas, a superprodução dos produtos (o aumento dos estoques, como indicam os **gráficos/tabelas 24, 25 e 26**), a queda da demanda de países importadores como a China, e o aumento da produção em outros países (como os Estados Unidos) que têm uma produtividade maior.

Como se trata de um processo que se iniciou nos anos 2011/2012 e alguns preços ainda estão bem acima de uns 10 anos atrás, e mais as causas apontadas acima, a tendência é que os preços continuem caindo no mercado.

Para fazer frente à queda do preço no mercado internacional, a burguesia do agronegócio tem reagido com o aumento do volume das exportações, mas essa produção em larga escala encontra limites que parecem não ser possível superar no estágio da economia mundial. Serão necessárias outras medidas que atuem diretamente na redução do custo, garantindo assim a lucratividade do capital empregado nesse setor.



Importante frisar, também, que a condição de país dependente impede que a relação com o mercado mundial possa ocorrer sob outra forma. Por um lado, essa dependência é uma vantagem para o agronegócio, pelo papel que cumpre no financiamento de importação de produtos industrializados, pelo peso que tem na economia e porque pode fazer chantagens ao governo (como tem feito). Por outro lado, a relação de dependência do mercado mundial torna o setor refém desse mesmo mercado.

O Estado torna-se, assim, um parceiro – financiando a produção a juros mais baixos do que o do mercado – ao colocar o aparato estatal para ajudar nas exportações e vendas internas. A diplomacia, por sua vez, entre outras medidas, faz os tratados comerciais.

Em relação ao crédito, por exemplo, o financiamento da safra de 2015 recebeu 20% mais dinheiro para financiar a produção e comercialização. O aumento, coordenado pela ministra Katia Abreu, é uma tentativa de o governo se aproximar do setor que, pelas dificuldades que o futuro apresenta, encaminha-se mais para a oposição para discutir uma nova política econômica.

### A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

Para outro momento, é preciso investigar um processo que vários autores indicam: a substituição do “antigo latifúndio” formado por famílias tradicionais por empresas ligadas ao agronegócio.

Essa mudança, a se confirmar, acrescenta à luta pela reforma agrária (que ainda se restringe aos limites das tarefas democrático-burguesas), como luta estratégica, a luta pelo poder operário nas empresas do agronegócio.

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no início desse ano apontam para o crescimento das grandes propriedades no campo. No **gráfico/tabela 27** sobre a evolução da concentração de terras no Brasil, comparando o ano de 2003 com o de 2010, um pouco mais de 130 propriedades controlam 55,8% das terras, ao passo que mais de 3,3 milhões de pequenas propriedades ocupam somente 8,25% da área rural do país. Dados alarmantes, mas questionados pelos movimentos sociais que acreditam que a concentração fundiária é muito maior, pois essa tabulação foi feita a partir de autodeclarações. Dados, ainda do INCRA, revelam que no primeiro mandato do governo Dilma houve aumento de 2,5% na concentração de terras, indicando que mais de 6 milhões de hectares passaram para as mãos de grandes proprietários.

Mesmo com todo o discurso do agronegócio de que é o setor mais produtivo, etc., há uma questão fundamental a ser resolvida, que é o índice de produtividades das propriedades agrícolas. Por esse conceito é que se adotam os critérios para caracterizar a propriedade como passível de destinação à reforma agrária. Se ela alcança o índice mínimo, ela não pode ter esse direcionamento.

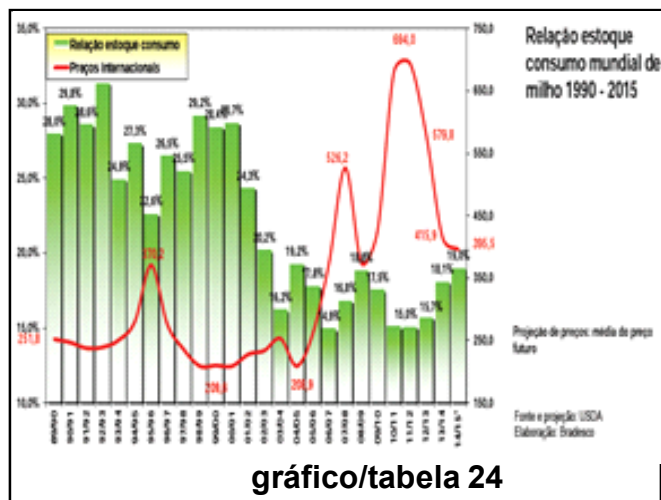
Então, para os grandes proprietários e, sobretudo, para os especuladores, quanto mais baixo for esse índice, mais permite algum tipo de manobra para enquadrá-la como produtiva. E a pressão tem surtido efeito, pois os critérios

utilizados atualmente são os de 1980, mesmo que já tenham sido realizados 4 censos agropecuários desde então.

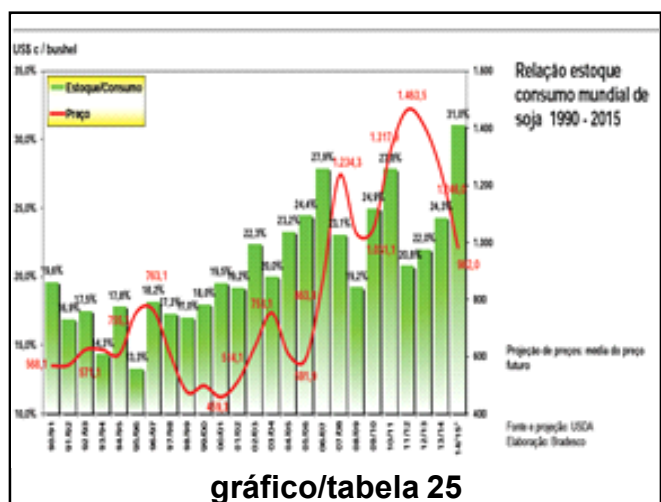
No caso da soja, uma propriedade é considerada produtiva se alcançar 1200 kg por hectare, quando hoje a produtividade média no país já está em 3500 kg por hectare.

Pelos dados, ainda parciais, do Atlas de Terra Brasil (CNPQ/USP), coordenado por Ariovaldo Umbelino, em 2010, das 130,5 mil grandes propriedades privadas e públicas, 66 mil foram consideradas improdutivas. São 175,9 milhões dos 318 milhões de hectares.

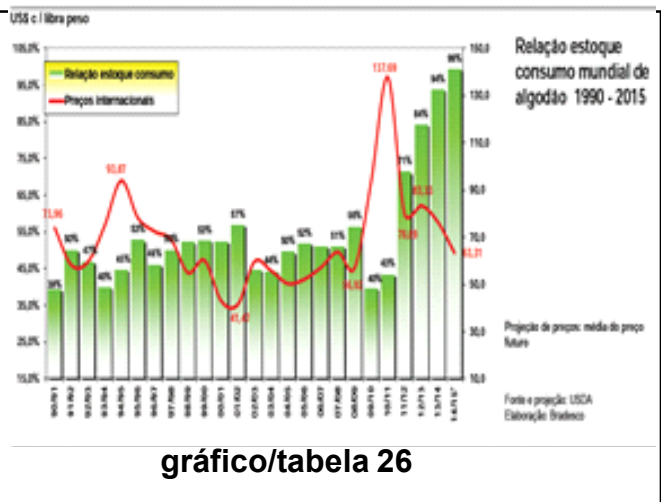
O tamanho do país e a quantidade de terras que podem



gráfico/tabela 24



gráfico/tabela 25



gráfico/tabela 26

produzir alimentos indicam o potencial produtivo que a expropriação das grandes propriedades colocariam em movimento, possibilitando, pela primeira vez depois da colonização, acabarmos com a fome e ainda fazer intercâmbio (não sob critério comercial, mas de solidariedade) com outros povos (não suas classes dirigentes).

### A VIOLÊNCIA NO CAMPO

No meio a tantas desigualdades da estrutura fundiária, expulsão das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e problemas ambientais (agrotóxico, contaminação e restrição do acesso à água, contrabando de minérios, etc.), o número dos conflitos no campo são bem altos.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu balanço de conflitos no campo (entendido como ações de resistência e enfrentamentos), no ano de 2014, lista várias situações em que ocorrem: acampamentos, questões trabalhistas (trabalho escravo e superexploração), luta pela terra, conflitos pela água, e em decorrência da seca. No ano de 2014, segundo essa comissão, aconteceram 1286 conflitos no campo, envolvendo mais de 800 mil pessoas.

Ao contrário da “aparente calma” que a imprensa burguesa tenta demonstrar, o relatório aponta que em 2014, 36 pessoas foram assassinadas, houve 56 tentativas de assassinato, 5 que morreram em consequência, mais 182 que receberam ameaça de morte, 4 torturados e mais 33 prisões em consequência da participação nessas lutas. Desses, 4 mortos eram indígenas. Liderança absoluta no ranking mundial.

Nos últimos 30 anos, também pelos dados da CPT, aconteceram 28.805 conflitos no campo, com mais de 19 milhões de pessoas envolvidas. Um terço deles ocorreram no Nordeste. Resultante desses conflitos foram 1.934 mortes e 26.415 feridos. Há também outras formas de violência, nem sempre captáveis por pesquisas, como a coação, perseguição, violência psicológica, etc.

Soma-se a isso a migração forçada, o coronelismo ainda vigente em muitas partes do país, o acultramento dos indígenas (missões evangélicas, pressão do agronegócio, etc.), a concentração de terras, a destruição de ecossistemas, a existência de capangas e milícias armadas, os mandatos parlamentares contribuindo na “pressão política” em favor

do latifúndio, etc.; e temos uma situação de extrema violência, característica marcante do campo brasileiro – é o que alguns chamam de violência indireta.

Engana-se quem possa pensar que é somente por conta dos grandes latifundiários que essa situação permanece. O poder público tem tanta responsabilidade quanto o privado. Primeiro, porque, mesmo com farta documentação com indicação de autoria e mando, raríssimas são as condenações (o exemplo clássico é o fato de até hoje não ter havido condenação dos autores do massacre dos Carajás); segundo porque o Estado – através das forças policiais e judiciais – é bastante ágil na criminalização dos movimentos sociais e militantes do campo; e terceiro pelos mandantes e executores dos crimes.

Desde 2002, 477 “ativistas ambientais ou agrários” foram assassinados no país. Os governos petistas também nada fizeram para cessar essa situação.

A miséria, as contradições que se acirram a cada dia, a necessidade de expansão a ritmos cada vez maiores e precisar retirar qualquer obstáculo, as desigualdades sociais e outras tantas mazelas sociais estão na explicação objetiva dessa violência. Com poucas concessões a serem feitas (ainda que tenham as atenuações), resta à burguesia agrária a aplicação da violência para tentar levar a frente seu projeto.

É uma imensa área geográfica em que sequer a democracia burguesa chegou, prevalecendo o que se tem de mais autoritário. Desse modo, não é exagero dizer que a ditadura militar (com traços democrático-burgueses) ainda vige no campo brasileiro.

### A FORÇA POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO: A BANCADA RURALISTA

Na história do país, não é novidade a força política dos capitalistas agrários. A política do “café com leite” é a expressão mais forte, mas não foi a última e nem a única.

Atualmente, esse setor é identificado como a “bancada ruralista” (e institucionalmente “Frente Parlamentar da Agropecuária”), composta por parlamentares dos diversos partidos, mas alinhados politicamente com os interesses dos capitalistas agrários.

No fim de 2014, a bancada ruralista na Câmara Federal, segundo a Frente Parlamentar da Agropecuária, tinha 171 deputados (1/3 da Câmara). No Senado, eram 11 senadores (mais 7 que não eram signatários da “Frente Parlamentar da Agropecuária”, mas alinhados politicamente), o que representa 22% do total de senadores. O DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) reconhecia algo como 148 deputados e mais 12 senadores. De todo modo, por ambas as metodologias, o peso dessa bancada é bem significativo.

Para a legislatura de 2015-2019, pelo DIAP, serão 126 parlamentares ruralistas, sendo 109 deputados e 17 senadores. É um número importante, e com força para impor (como de fato já o faz) pautas conservadoras.

Outra presença política que mostra a sua força é Katia Abreu, a “rainha da motosserra”, no

**Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis – 2003/2010**

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93

**gráfico/tabela 27**

Ministério da Agricultura, por onde passam a política agrícola e os diversos acordos com os países que tratam comercialmente com o Brasil no setor de agricultura.

Mas o poder desse setor não se localiza somente em Brasília. Ele se espalha pelo país, nas cidades do interior e até mesmo em alguns estados. São prefeitos, vereadores, secretarias, etc. No MT, por exemplo, somente em 2014 é que foi eleito um governador da capital, mas mesmo assim, o vice é empresário do setor. Desde Dante de Oliveira, todos os governadores eram do interior e oriundos diretamente do agronegócio.

Pode até haver peso econômico sem ter poder político, mas não é possível força política sem poder econômico. O tamanho da presença política da burguesia agrária nas diversas esferas do Estado brasileiro é o reflexo da sua participação na economia nacional, forma pública e legal de se organizarem para fazer frente às demais frações do capital, para garantir que o Estado dirija recursos às suas necessidades e também para impor sua dominação sobre os trabalhadores (demarcação de terras indígenas, legislação de reforma agrária, regulação de trabalho escravo, etc). Assim, essa representação parlamentar é a expressão do tamanho da sua representação na economia do país.

### **AS TAREFAS POLÍTICAS PARA O CAMPO**

A representação do Congresso Nacional pode se feita de diversas formas. A imprensa mesmo tem critérios diferenciados. O DIAP tem um trabalho de pesquisa já antigo e usa critérios próprios para defini-las, que é a defesa de determinada pauta.

A propósito, o DIAP considera como bancada informal os que se registram como “Frente Parlamentar”, forma de se organizarem para incorporarem parlamentares de partidos distintos.

Tem distorções também (por exemplo, na bancada empresarial não retratar as frações do capital que possuem interesses comuns e antagônicos quando se trata de competição entre os ramos do capital), mas o DIAP oferece mais opções para definir a força política de cada setor dentro do congresso nacional, lembrando que o mesmo deputado pode estar presente em outras “bancadas” a depender da pauta. Por exemplo, Bolsonaro constantemente se alia a outras “bancadas” conservadoras.

Listamos abaixo a composição das principais bancadas informais no congresso nacional, que são espaços que os setores que são representados nos diversos partidos encontram para se organizarem de forma multipartidária.

A bancada empresarial no Congresso Nacional tem 251 parlamentares (221 na Câmara e 30 no Senado Federal) e tem como pauta, segundo o DIAP, a defesa do setor produtivo.

Em relação ao gênero: 81% de homens, sendo 71% de homens brancos e 61% ligados ao setor empresarial. As mulheres são 9,94% dos 513 deputados.

O DIAP não faz referência, mas nas pesquisas apenas Jean Wyllys atua na defesa dos direitos LGBT.

Já segundo a FSP, por dados do TSE, 20% dos

deputados eleitos se autodeclararam pardos, negros ou pretos. 81 pardos e 22 pretos. No Senado, 18,5% se autodeclararam como pardos ou pretos.

A bancada evangélica elegeu 75 deputados e 3 senadores. Chama a atenção o fato de esses parlamentares serem das diversas “igrejas protestantes”, nenhum do “catolicismo.” Tem registro formal como “bancada evangélica”, apesar de popularmente ser conhecida como bancada da bíblia. Praticamente todas as igrejas têm “representantes”, mas a Assembleia de Deus (sem distinção dos ministérios) tem 27, a IURD 13, e a Batista 13 parlamentares.

O DIAP não faz referência à “bancada da bala”, mas da segurança pública, colocando desde os defensores de educação preventiva para proteger a vida até os representantes da indústria de armas e os defensores da redução da maioria penal. Passou de 44 para 55 deputados federais eleitos. O que é chamado de “bancada da bala” (delegados, policiais, etc) 21 deputados, muitos financiados pelas indústrias de armas.

A “bancada ruralista” tem 126 parlamentares, 109 deputados e 17 senadores. Ligados aos diversos ramos do agronegócio; estão em diversos partidos. Também estão representados no Ministério da Agricultura.

A “bancada sindical” foi reduzida para 51 deputados e 9 senadores. Sindical só por conta da origem, pois há muito tempo não pisam nos locais de trabalho e estão, com exceção do PSOL, comprometidos – total ou parcialmente – ou com o governo ou com setores da oposição de direita. A defesa dos interesses dos trabalhadores não passa de retórica.

Por essa composição do Congresso Nacional, é visível que a burguesia conseguiu somar forças no parlamento para, a partir daí, e se for preciso à revelia do governo, implementar as reformas necessárias ao capital. Foi um investimento financeiro muito alto – a campanha para deputado federal, segundo o DIAP, não sai por menos de 2 milhões de reais –, mas com retorno garantido.

A crise econômica, por sua profundidade, coloca em evidência a disputa por projetos imediatos e a longo prazo. Os imediatos estão expressos na política fiscal (voltados à arrecadação, gastos públicos, etc.), e os de longo prazo são as (contra)reformas para os capitalistas no Brasil garantirem sua taxa de lucratividade, em um mercado em que a competição é cada vez mais acirrada.

A ausência de fortes partidos de esquerda, a crise de subjetividade, o esgotamento da política econômica e o consequente desenvolvimento de ideias reacionárias entre setores da classe média fizeram surgir um processo em que as propostas da direita (impulsionadas pelas diversas frações do capital) passaram a ter respaldo popular.

E o resultado das eleições parlamentares de 2014 já foi expressão deste processo em curso, com renovação próxima de 50% na Câmara e 81% no Senado. O resultado apertado da eleição presidencial foi outra indicação de que um amplo setor já buscava alternativas, ainda que pela direita. Dilma ganhou, mas o processo seguiu em frente.

Assim, temos que o congresso nacional é controlado pela oposição burguesa (ainda que muitas vezes formalmente estejam na base governista), e com perfil reacionário.

A redução da maioria, o avanço do projeto de terceirização, a PEC da bengala, a rejeição da indicação – de Dilma – do diplomata a OEA, a devolução da MP das desonerações e o rompimento de Cunha com o governo são algumas indicações de que o executivo não tem mais controle do congresso como tinha nos mandatos anteriores.

Se o PT se caracterizou por ser um governo que representava os interesses gerais do capital, a crise impõe algum tipo de escolha, e isso leva a disputas que se expressam no congresso nacional.

Assim, o que vimos é que Dilma precisa cada vez mais negociar com o congresso, mesmo as medidas mais urgentes. Não nos iludamos de que isso diz respeito a disputas pessoais entre Dilma, Renan e Cunha. Diz respeito, centralmente, às disputas entre frações do capital. A soma de dinheiro destinado à fração especulativa é até suportável em períodos de expansão, mas quando a crise se abate, os problemas aparecem.

A ida de Joaquim Levy com tanta frequência ao congresso é sintomática. Teve que negociar a correção da tabela do IR, reforma do ICMS, modificações no ajuste fiscal. E é o representante do capital financeiro, negociando com outras frações (comercial, empreiteiras, etc) no congresso nacional.

No presidencialismo, são sinais de fraqueza. Já o congresso tem força para impor a sua vontade. Foi assim com o projeto da terceirização e a PEC da redução da maioria penal. Aliás, uma das características da democracia burguesa no Brasil é essa capacidade de mudar o eixo de governabilidade diante de crises políticas mais profundas.

### **AS IGREJAS E A RELIGIÃO: O AVANÇO CONSERVADOR**

O censo de 2010, divulgado em 2012, relativo aos adeptos de alguma religião no Brasil, é um importante ponto de partida para entender, ainda que minimamente, o significado das religiões na luta política e também como os setores mais reacionários se expressam através de religiosos das cúpulas das igrejas.

Veto ao kit anti-homofobia, redução da maioria penal, contra o tratamento por células-tronco, contra o direito ao aborto, retirada do termo “gênero” dos Planos Municipais de Educação, as restrições aos direitos LGBT (como a proibição da realização da Parada LGBT na cidade de Guarulhos-SP), entre tantas outras, são pautas impulsionadas por esses setores. Enfrentar essas pautas é também enfrentar esse setor.

Por esse censo, há 3 igrejas de origem católica, 7 evangélicas de missão, 11 evangélicas de origem pentecostal, isso sem falar em “outras igrejas evangélicas de origem pentecostal” e “evangélicas não determinadas”. Testemunhas de Jeová, Espírita, Umbanda, Candomblé, Islamismo, Judaísmo, Budismo, Hinduísmo, Novas religiões

orientais, enfim, uma infinidade de religiões. Dados que revelam que a questão religiosa é fundamental para ser compreendida.

São 123 milhões de católicos (em 2000 eram 74,3% da população e em 2010 64,6%) e 42 milhões de evangélicos (em 2000 eram 15,4% da população, e em 2010 22,2%). Mais 15 milhões sem religião. Os demais, distribuídos entre tantas outras religiões. Um dado relevante na pesquisa é o crescimento dos evangélicos proporcionalmente à queda dos católicos.

O poder político dessas igrejas é muito grande. Tanto pelo número de fiéis que podem ser mobilizados por posições políticas quanto pelo aparato econômico. Em 2013, a revista Forbes estimou o patrimônio de alguns “líderes” dessas igrejas: Edir Macedo (IURD): 2 bilhões de reais, Valdomiro (ex-IURD) 400 milhões, Silas Malafaia (Assembleia de Deus) 300 milhões, RR Soares 250 milhões, Bispo Estevam Soares e a Bispa Sônia 120 milhões. Após 2 anos, essas fortunas devem ter aumentado.

Além disso, têm as emissoras de televisão, os programas diários, os jornais (a Folha Universal tem uma circulação de 2,5 milhões de exemplares), concessões de rádios e televisões pelo país. Um aparato que, colocado em movimento, tem uma força política e social muito grande. A eleição de deputados é somente uma expressão desse poderio. Deputados estaduais, vereadores e prefeitos completam a lista. A presença da Presidência da República, do Governador, Prefeito e Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo na inauguração do “Templo de Salomão” é outra demonstração da força política dessas igrejas “evangélicas”.

Não há uma só campanha política desse país em que os candidatos burgueses não procurem o apoio desse setor.

A Igreja católica é outra instituição religiosa com um patrimônio gigantesco. Não é possível encontrar muitos dados sobre o tamanho dele, por ter uma estrutura complexa. Segundo a revista Exame, o patrimônio é composto por empresas de Educação (que empregam próximo de 100 mil professores e têm 1,5 milhão de alunos. São cerca de 400 instituições que mantêm 2 mil escolas), prédios, terrenos, editoras (a Vozes vende cerca de 2 milhões de livros por ano e a Paulinas é a mais importante fora da Itália), rádios (a Paulus tem programas em mais de 450 emissoras teve 8 milhões de reais de lucro em 2012), Emissoras de Televisões (Rede Vida – a maior rede de TV católica do mundo) e até na área de saúde com as “Santas Casas”.

Esse é o caso brasileiro. Nos Estados Unidos, estima-se que a igreja católica movimentava cerca de 170 bilhões de dólares. O patrimônio do Vaticano é algo guardado a sete chaves, bancos e prédios também estão na lista.

A lógica é a mesma. As manifestações religiosas (que respeitamos e defendemos direito ao exercício da religiosidade em caráter privado) são apenas uma parte das atividades das igrejas. Não é casual que historicamente a igreja católica sempre esteve ligada ao poder, mesmo quando alguns setores de base (CEBS, por exemplo) minoritários se ligavam aos movimentos sociais. A defesa

do patrimônio da igreja passa a ser a defesa da ordem vigente e vice-versa. Essa é a base das posições políticas conservadoras das igrejas e suas lideranças.

Para além do poder econômico das igrejas, é preciso identificar as razões do crescimento dessas igrejas, e essas estão no espaço para o discurso e a pregação religiosa. No entanto, devemos rejeitar a ideia de que esse crescimento é por conta da ignorância do povo. Pelo contrário, as bases são materiais: os problemas da sociedade capitalista.

Não é por acaso que os inúmeros chamados aos cultos, pregações, missas oferecem ao povo a solução para a depressão, o desemprego, a falta de amor, a droga e tantos outros problemas da sociedade capitalista. Ao não encontrar força material capaz de enfrentar e resolver todos esses problemas, a religião aparece como “o coração de um mundo sem coração”, uma expectativa de solução, ainda que depois da morte, como a solução de todos os problemas mundanos.

As igrejas se fortalecem porque as religiões ganham força e adeptos para as suas práticas religiosas. A defesa do direito à liberdade religiosa deve ser acompanhado da crítica à religião como um espaço de alienação e forma de controle sobre a classe trabalhadora e os explorados.

Não estamos de acordo que o eixo da política seja a defesa do ateísmo ou da não religião, porque além de não ser o centro do problema, também não estabelece qualquer diálogo com os trabalhadores que têm algum tipo de religião. Jamais de nossa parte vamos propor qualquer separação entre trabalhadores religiosos e não religiosos. Mas, isso não significa que deixemos de lutar contra a religião. Por isso, temos sim que incorporar na nossa prática a luta ideológica (junto com o direito à liberdade religiosa) contra a religião.

A liberdade à religiosidade não pode esconder o fato de que, na sociedade capitalista, além de não ser possível haver uma espiritualidade livre, a religião cumpre um papel de conservação do poder político e econômico.

São por preceitos religiosos que líderes espirituais e os parlamentares ligados às igrejas colocam em pauta temas de cerceamento à liberdade sexual, os ataques aos negros, limitação da ação de professores na escola, contra os direitos das mulheres, entre tantas outras pautas.

Como combater essas pautas, sem combater os aspectos religiosos? Como combater Feliciano sem combater a religião? Como combater Edir Macedo sem combater a religião? E como combater a igreja católica sem combater a religião?

A isso deve se somar a luta para eliminar as raízes sociais da religião. Quando a classe trabalhadora se sentir forte e capaz de resolver os problemas mundanos aqui mesmo nesse mundo, a religião – e com ela as igrejas – perdem força e abre-se caminho para a construção de um mundo em que a espiritualidade seja um exercício livre de cada indivíduo. É como diz Marx, na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito: “A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre

sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”.

Outra questão importante diz respeito à laicidade do Estado. Uma bandeira da própria revolução burguesa sofre revés na já limitada restrição legal. A imunidade tributária das igrejas, os símbolos religiosos em órgãos públicos, a proposta do Cabo Dalcíolo de mudar a Constituição para que conste que o poder deriva da vontade de Deus e a própria bancada evangélica são fatos que colocam na ordem do dia a defesa de bandeiras democráticas de laicidade do Estado.

Por fim, neste limitado objetivo, é importante identificar que os setores mais reacionários das igrejas tornam públicas ações reacionárias. A participação da TFP nos atos contra a Dilma, a campanha que realiza contra o aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo, a formação dos “gladiadores do altar” na Igreja Universal, as práticas de intolerância religiosa (entre 2011 e 2014 foram feitas na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos 504 denúncias, da quais a maioria se referia a perseguições às religiões de origem africana) são ao mesmo tempo expressão e impulsionadores das ideias de direita em curso.

Os atos de perseguição (incentivados pela cúpula das igrejas) não são atos isolados ou individuais. São parte de uma política de perseguição e de fanatismo. Alguns, como os gladiadores do altar, são impulsionados pela própria IURD e contam com respaldo dessas igrejas. As cúpulas das igrejas sabem o que acontece e silenciam, portanto, se não estão impulsionando, nada fazem para impedir que sigam adiante.

As cúpulas das igrejas estão na trincheira do inimigo. Ainda que no baixo clero e entre os fiéis encontremos posições políticas progressistas e às vezes de esquerda, a denúncia aos “pastores empresários” (corrupção, etc) é também uma necessidade para procurar demonstrar aos trabalhadores que praticam religiões da enganação, quem são esses “religiosos”, e que vivem de explorar a boa-fé das pessoas.